DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS Ano 2022

Relatório Regulatório da Administração

Senhores (as) associados (as)

É com imensa satisfação que apresentamos o relatório de atividades e investimentos realizados no decorrer do exercício social de 2022, assim como as demonstrações contábeis elaboradas em consonância com a legislação societária brasileira, acrescidas do balanço socioambiental, que espelha as ações sociais e ambientais da Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia das Missões – Cermissões, para os associados, sociedade, parceiros, consumidores e colaboradores da Cooperativa.

A Cermissões atua no segmento de geração e distribuição de energia elétrica, aproveitando a bagagem de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 62 anos de existência. Em sua estrutura conta com equipes próprias e terceirizadas para construção e manutenção de redes elétricas, oferece ao seu quadro funcional toda infraestrutura necessária para prestação de serviços com excelência, fator que reflete diretamente nos índices de satisfação do consumidor, garantindo agilidade no atendimento, estabilidade e segurança na prestação dos serviços da Permissionária.

O ano de 2022 foi difícil para todos os segmentos da sociedade brasileira, reflexo da crise mundial provocada pela Pandemia do Corona vírus, da guerra na Ucrânia, da instabilidade política, e a estiagem em nossa região. Mesmo diante destes percalços, a Administração da Cermissões cumpriu seu planeiamento de investimentos, obras e melhorias previstas para o exercício de 2022.

Fruto de um trabalho sério, responsável e permanente, com zelo pelo recurso disponibilizado pela família social, a Cermissões fez história e vem ocupando posição destaque como Permissionária de energia. O trabalho contínuo, de melhorias em todas as áreas, não objetiva apenas competir pela melhor colocação entre as demais distribuidoras do setor elétrico brasileiro, mas cumprir com a responsabilidade de oferecer aos associados/consumidores energia com a melhor qualidade e segurança, garantindo à comunidade a estabilidade da ENERGIA ELÉTRICA. Os investimentos aplicados em treinamentos e qualificação profissional refletem diretamente na qualidade da prestação de serviços à população que vive e aposta no crescimento da nossa região.

Em 2022 a Administração da Cermissões priorizou investimentos para atender à crescente demanda dos associados em todos os setores, porém no setor agrícola a demanda foi ainda maior, em razão da instalação de sistemas de irrigação. Na Subestação Santo Antônio de São Luiz Gonzaga, foi realizada a substituição dos transformadores, dobrando sua capacidade de 25 para 50 MVA (megavolt-ampere), o que garantiu o fornecimento de energia aos associados da região de São Luiz Gonzaga, Santo Antônio das Missões, Bossoroca, Rolador, Caibaté e São Miguel das Missões, municípios com os maiores números de unidades consumidoras para fins de irrigação. Os investimentos da Cermissões refletem na receita dos municípios, principalmente neste período em que a estiagem foi intensa. O peso econômico da quebra de safra 2022/2023, será amenizado em função da preocupação da Cermissões em atender seus associados irrigantes com energia de qualidade, pois quem não tem irrigação, novamente terá uma queda em sua produção.

A preocupação da Administração da Cermissões é extensiva com o bem-estar dos funcionários e visa atender com a maior agilidade possível os associados, para isso investiu na renovação da frota, adquirindo novas caminhonetes para as equipes de socorro de Caibaté, e dos Postos de Atendimento de Bossoroca e Santo Antônio das Missões, além de novas caminhonetes para as equipes de leitura.

Para atender as exigências determinadas para operação das Geradoras de Energia, foram plantadas oito mil e novecentas mudas de árvores nativas e nativas frutíferas em conformidade com as solicitações para licença de operação expedida pela Fepam.

A Fábrica de Postes retomou suas atividades de forma plena, em março de 2022, após a realização das melhorias solicitadas pelo Ministério do Trabalho. Foram fabricados durante o ano, 1.552 postes de diferentes bitolas, utilizados na manutenção das atuais, e construção de novas redes. A qualidade do material utilizado na fabricação dos postes traz a garantia de maior durabilidade dos mesmos. Atualmente nove funcionários trabalham na fabricação de postes.

No decorrer de 2022 foram construídos e colocados em operação redes de baixa e média tensão, instalados novos transformadores (incluindo novas ligações e reforços de redes), implantados novos postes, num total de 830 projetos executados que estão descritos no capítulo 3. Durante o ano a Cooperativa registrou o acréscimo de 281 novos associados que passaram a contar com os benefícios da energia elétrica em suas propriedades, encerrando 2022 com 31.754 famílias associadas, aumentando o quadro social em 2,09% em relação a 2021.

A Cermissões tem trabalhado intensamente para aproximar cada vez mais a Cooperativa de seus associados. Seguindo a premissa de que é preciso manter os beneficiados bem informados sobre as atividades e investimentos da Cooperativa, intensificou-se o contato de suas equipes técnicas diretamente com os associados, e ampliou a utilização das mídias sociais da Cooperativa, fazendo transparecer de forma imediata as ações desenvolvidas pela equipe diretiva, sempre com o objetivo de atender os associados e clientes com energia de qualidade.

Nas pesquisas de satisfação dos consumidores durante o ano de 2022, novamente ficou demonstrado o alto índice de contentamento dos associados, quanto ao trabalho desenvolvido pela Administração da Cooperativa.

A Cermissões possui certificação na ISO 9001 fazendo com que a qualidade dos serviços prestados apresente evolução constante.

Em 2022, novamente comemoramos o fato de a Cermissões ser modelo em Distribuição de Energia Elétrica para o Brasil, conquistando pela quarta vez o Prêmio IASC - Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor, na categoria Permissionárias acima de 10 mil unidades consumidoras. Todas as conquistas são muito importantes, mas a quarta conquista, teve um gostinho especial. O Certificado de "MELHOR DO BRASIL" veio mesmo diante das dificuldades impostas pela pandemia e pela estiagem, onde a Cermissões, através de seus certeiros investimentos, garantiu energia aos seus associados e clientes, gerando produção e rentabilidade ao povo Missioneiro.

Nesta trajetória o diferencial da Cermissões no decorrer dos seus 62 anos de fundação, é a capacidade de se reinventar a cada dia agregando grandes avanços, tanto na estrutura física, como tecnológica, novos conhecimentos, transparência e qualidade no seu trabalho na geração e distribuição de energia elétrica, como também em novas ferramentas para facilitar o trabalho humano, tornando assim as equipes de profissionais qualificadas e competentes. O resultado é percebido por meio do grau de satisfação da população que usufrui dos serviços prestados por nossa concessionária.

Diante de todas essas conquistas alcançadas, a Administração da Cermissões, juntamente com seu quadro de colaboradores agradece aos associados, razão da existência da Cooperativa, pelo apoio e confiança na equipe que tem a missão de manter a permissionária em pleno funcionamento, cuja dedicação e comprometimento é determinante na consolidação e referência como distribuidora de energia elétrica na região das Missões.

Geração e distribuição de energia elétrica

A Cermissões possui em sua estrutura de geração própria, a PCH Rio Ijuizinho (3,6 MW) e CGH Claudino Fernando Piccoli (0,35 MW), a subestação São Miguel Arcanjo (12,5 MVA na tensão 69/23,1 kV) e Subestação Santo Antônio (50 MVA na tensão 69/23,1 kV). Também em sua malha elétrica a Cermissões conta com 8,97 km de linha de distribuição de 69 kV e 6.296 km de redes de distribuição de 23,1 kV, sendo responsável pelo suprimento de energia elétrica a boa parte da Região das Missões no Estado do Rio Grande do Sul.

Geração

Embora os percentuais de geração da Cooperativa, sejam mínimos em relação a toda a energia gerada e distribuída no estado do Rio Grande do Sul, as centrais de geração hídrica cumprem um papel importante dentro do setor elétrico por promoverem a descentralização da geração, assim como, pelo fato de atuarem como reguladoras de tensão e redutoras de tarifas. Devido ao fato da variação de consumo provocado por grandes irrigações instaladas na área de permissão e sua direta relação com os fatores climáticos, gerando grande instabilidade na contratação de energia, fator que tem gerado multas devido à variação de consumo. A Cermissões realizou no dia 06/10/2020 Leilão Conjunto de Compra de Energia Elétrica com a Certhil, Cooperluz e Creral o qual, foi homologado pela ANEEL através do Despacho nº 3.256 de 17/11/2020 aumentando assim, a flexibilização na contratação de energia e redução no custo de compra de energia. Esta nova modalidade de compra de energia teve início em 01/01/2022.

Usina	Potência instalada (MW)	Garantia física (MW médios)	Propriedade	Potência instalada (MW) proporc.	Garantia física (MW médios) proporcional	Início de operação comercial	Vencimento da outorga
Integral e compartilhada	5	1	-	5	1	-	-
UHE 001	-	-	-	-	-	-	-
UHE 002	-	-	-	-	-	-	-
UHE 003	-	-	-	-	-	-	-
PCH 004	5	1	100%	5	1	31/03/95	31/03/25
UTE 005 (gás ciclo combinado)	-	-	-	-	-	-	-
UTE 006 (carvão mineral)	-	-	-	-	-	-	-
UTE 007 (óleo diesel)	-	-	-	-	-	-	-
UFV 010	-	-	-	-	-	-	-
Sociedade de propósito específico	-	-	-	-	-	-	-
UHE 011 (razão social da SPE)	-	-	-	-	-	-	-
Total	5	1	100%	5	1	-	-

Toda a energia gerada é distribuída dentro do próprio mercado da Permissionária representou no ano de 2022, aproximadamente, 7,07% sobre a disponibilidade de energia distribuída – sem garantia física.

Distribuição

A permissionária distribui energia elétrica em 26 dos 497 municípios do estado do Rio Grande do Sul.

Ligação de consumidores - foram realizadas, no ano de 2022, 698 novas ligações sendo: 406 residenciais, 26 comerciais, 250 rurais e 16 nas demais classes totalizando 27.995 consumidores atendidos pela permissionária, número 1,32% superior ao ano de 2021.

Consumidores	2018	2019	2020	2021	2022
Residencial	8.676	9.529	10.229	11.271	11.772
Comercial	1.424	1.470	1.484	932	981
Industrial	15	14	15	17	18
Rural	15.840	15.182	14.918	14.844	14.644
Poderes Públicos	453	472	486	485	499
Iluminação Pública	105	104	50	42	41
Serviço Público	23	21	21	21	22
Consumo Próprio	17	14	17	17	18
Total	26.553	26.806	27.220	27.629	27.995
Variação	1,17%	0,95%	1,54%	1,50%	1,32%

Comportamento do mercado - A geração de energia da permissionária no período de janeiro a dezembro de 2022 foi de 12.938,485 MWh (13.764,039 MWh em 2021).

O consumo de energia elétrica na área de atuação da permissionária no ano 2022 foi de 158.681,546 MWh, tendo apresentado aumento de 10,31% em relação a 2021. O segmento do mercado que mais contribuiu para esse resultado foi à classe industrial. Esta classe foi a que mais impactou para o aumento com 89,85% devido a migração para o mercado livre - ACL.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido - GWh	2018	2019	2020	2021	2022
Energia Faturada	116	119	146	144	157
Fornecimento	116	119	146	144	157
Residencial	17	18	21	23	25
Comercial	13	14	13	12	11
Industrial	5	5	5	3	3
Rural	72	73	98	96	107
Poderes Públicos	3	3	3	3	4
Iluminação Pública	5	5	5	6	6
Serviço Público	1	1	1	1	1
Suprimento p/ agentes de distribuição	0	0	0	0	0
Uso da Rede de Distribuição	0	0	1	3	2
Consumidores Livres/Dist/Ger.	0	0	1	3	2
Consumidores Rede Básica	0	0	0	0	0
Total	116	119	147	147	159
Variação	4,50%	2,59%	23,53%	-0,33%	8,73%

Energia Requerida - GWh	2018	2019	2020	2021	2022
Venda de Energia	97	98	134	144	159
- Fornecimento	97	98	134	144	159
- Suprimento p/ agentes de distribuição	0	0	0	0	0
Consumidores Livres/Dist./Ger.	0	0	0	3	3
Consumidores Rede Básica	0	0	0	0	0
Mercado Atendido	97	98	134	147	162
Perdas na Rede Básica	0	0	0	0	0
Perdas na Distribuição	11	13	4	17	22
Perdas Técnicas	11	12	9	15	15
Perdas não Técnicas - PNT	0	1	(5)	2	7
PNT / Energia Requerida %	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Perdas Totais - PT	11	13	4	17	22
PT / Energia Requerida %	10,2%	11,7%	2,9%	10,1%	11,8%
Total	108	111	138	164	184

As perdas totais de energia sobre a energia requerida apresentaram aumento em 2022 de 10,1% (2021) para 11,8%.

Receita – A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 96.708 conforme quadro a sequir:

Receita Lío	quida em R\$ mil		
Classe	2022	2021	%
Residencial	16.586	15.098	9,86
Industrial	3.503	1.845	89,85
Comercial	8.704	8.681	0,26
Rural	62.035	54.224	14,40
Outros	5.881	5.456	7,79
Total	96.708	85.304	13,37

Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2022 apresentou um crescimento de 1,32% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de consumidores				
Classe	2022	2021	%	
Residencial	11.772	11.271	4,45	
Industrial	18	17	5,88	
Comercial	981	932	5,26	
Rural	14.644	14.844	-1,35	
Outros	580	565	2,65	
Total	27.995	27.629	1,32	

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em 2022, atingiu R\$ 609,45/MWh, com um aumento de 2,79% em relação a 2021. As tarifas foram homologadas pela Resolução Aneel de Nº 3.079, de 26 de julho de 2022.

Tarifa Média de Fornecimento em R\$/MWh				
Classe	R\$/MWh			
Residencial	668,27			
Industrial	606,41			
Comercial	718,07			
Rural	567,24			
Outros	1.789,53			
Tarifa Média	609,45			

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor (DEC) e a Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor (FEC), juntamente com o indicador de atendimento Tempo Médio de Atendimento (TMA).

Utilizando as informações de números de consumidores existentes em cada um dos dois conjuntos elétricos, que contemplam as redes da Cermissões, estes valores representam média ponderada geral dos dois conjuntos. A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

ANO	Qtd. Ucs	DEC - horas	FEC - frequência	TMA - minutos
2018	26328	20,96	11,39	136,46
2019	26785	18,10	12,00	142,00
2020	27207	15,44	10,44	107,50
2021	27629	12,12	12,10	94,65
2022	27995	8,21	6,52	88,63

Atendimento ao consumidor - A permissionária através de sua administração e colaboradores cientes da necessidade de estreitar as relações com seus mais de 31 mil associados/consumidores, oferece vários canais de comunicação, facilitando o acesso do usuário a Cooperativa e vice-versa. Disponibiliza os já tradicionais e conhecidos canais de comunicação como os postos de atendimento presencial e

o CAC - central de atendimento ao consumidor, assim como a sua sede em Caibaté, telefone com ligação gratuita para 0800 541 1122, envio automático de mensagens via celular conhecidas como SMS ou através do e-mail para os consumidores que possuem cadastro atualizado, o associado/consumidor conta com o aplicativo, onde o associado pode informar falta de energia, consultar os valores de faturas em aberto e esclarecer todas as suas dúvidas. A Cooperativa também está na rede mundial de computadores e seus associados/consumidores podem acessar o site www.cermissoes.com.br ou através do facebook, WhatsApp e Instagram, todas estas ferramentas de comunicação além de serem seguras e ágeis, geram a informação personalizada e sem nenhum custo ao associado.

Tecnologia da informação – O ano de 2022 foi novamente repleto de melhorias ao que diz respeito aos ativos de Tecnologia da Informação (TI), grande parte delas estavam no plano de investimentos previstos pelo setor para 2022. Essas melhorias são frutos de estudos realizados pelo departamento TI, recomendações vindas da auditoria externa, consultores e adequações a leis vigentes.

O setor de TI (Tecnologia da Informação) responsável pelas linhas telefônicas da empresa perante todas as operadoras fez reduções de custos consideráveis junto às mesmas. A redução ocorreu devido a troca de operadoras de algumas linhas que ainda eram utilizadas pelos colaboradores para a operadora concorrente e com melhor cobertura em nossa região e também devido a adoção do atendimento através de aplicativos de mensagens que reduziram um valor bem considerável no valor da fatura referente a linha do 0800 da cooperativa. Outro custo importante foi a redução no valor pago pela hospedagem do site que foi transferida para outro serviço de hospedagem.

O setor de TI está ligado diretamente a inovações tecnológicas e faz parte dos serviços essenciais para o desempenho das atividades administrativas e também de atendimento aos consumidores da Cermissões que ganharam um novo canal de comunicação com a cooperativa aonde agora contam também com atendimento através de mensagens. O consumidor pode entrar em contato conosco através dos aplicativos Messenger (Facebook), Direct (Instagram), Whatsapp e também pelo nosso site. A utilização desses meios de comunicação já vem sendo adotada amplamente pelos consumidores e faz parte do dia a dia da grande maioria da população. O sistema de atendimento por mensagens começou a funcionar em abril de 2022 e até o dia 31/12/2022 foi responsável por mais de 9.000 atendimentos nesse período e possui um crescimento em sua utilização que pode ser visto mês a mês um sinal que os consumidores gostaram da novidade e estão adotando como meio de comunicação com a Cermissões. A utilização do atendimento por essa plataforma é recomendada para atendimentos que não são em caráter de urgência, pois impacta diretamente na demanda de ligações do telefone 0800 541 1122 que deve sempre ser utilizado quando necessitar urgência no atendimento.

As atividades dos colaboradores e de varias operações da Cermissões demanda cada vez mais dos serviços de internet que hoje é tão essencial quando a luz elétrica e água em nosso dia a dia, ficar sem internet para a cooperativa é um problema que impacta diretamente no atendimento ao consumidor e em atividades de manobras na rede elétrica, além de atividades mais simples como mandar um e-mail. Sendo assim foi contratado um link de internet secundário (link de backup) de outro provedor de internet para que possamos ter redundância no serviço, assim hoje a Cermissões possui dois links de internet que vem por caminhos físicos diferentes o que minimiza a chance de parada em caso de rompimento dos cabos de fibra ótica.

A prevenção de problemas normalmente evita que um pequeno incidente se torne em algo grande e que possa ocasionar uma parada nos serviços de algum setor da cooperativa, por exemplo, então o departamento de Tecnologia da Informação implementou um sistema de monitoramento que funciona 24 horas por dia e envia alertas mesmo fora do horário comercial caso alguma situação fora do habitual aconteça. O sistema de monitoramento examina praticamente em tempo real vários ativos de TI da cooperativa, entre eles podemos destacar os servidores, bancos de dados, equipamentos de rede e serviços. O monitoramento desses serviços e a identificação de um possível problema dão aos analistas do setor tempo para correção antes que problema ocorra de fato, se tornando hoje uma das principais ferramentas utilizadas pelo departamento de Tecnologia da Informação da Cermissões. Outro sistema importante de armazenamento de logs (log de dados é uma expressão utilizada para descrever o processo de registro de eventos relevantes num sistema computacional) foi implementado garantindo assim uma rastreabilidade e muitas vezes podendo identificar a origem de um problema e quem sabe a recuperação do mesmo e também a correção para que não ocorra novamente.

Um sistema de autenticação foi melhorado na Cermissões garantindo assim que o acesso externo ao sistema de e-mail não possa ser realizado de fora do ambiente computacional da cooperativa. Isso evita que o acesso não autorizado seja realizado por uma pessoa que não esteja dentro das dependências da Cermissões e em seu horário de trabalho. Essa medida é importante para um assunto que esta cada vez mais em pauta e que trata da Segurança da Informação e Segurança Cibernética, dois assuntos que se completam e hoje são necessidades de investimentos constantes em todas as empresas que sofrem cada vez mais com o ataque de hackers e vírus de computador que podem ocasionar a perda de informações sigilosas e parada do serviço por varias semanas e em casos extremos impossibilita a empresa a voltar a funcionar. O setor de TI da Cermissões passou pelo ano de 2022 por dois módulos do curso de Segurança Cibernética ofertado pela SESCOOP para varias cooperativas, pois a capacitação profissional deve vir de encontro com os assuntos atuais e boas praticas na gestão do ambiente de TI.

A Cermissões adquiriu os equipamentos para composição de um novo data center, tendo em vista que o anterior havia sido implementado em 2016 e já se encontrava no final da garantia e já vinha apresentando o que chamamos de gargalo no processamento de atividades que exigiam um pouco mais do ambiente o que representaria um risco grande para a cooperativa. O projeto iniciou no final do ano de 2021 quando os estudos começaram e finalizou em dezembro de 2022 com o novo ambiente em pleno funcionamento o que trouxe melhoria no desempenho e agilidade na execução de tarefas de todos os setores. Vários colaboradores perceberam os benefícios dos equipamentos

novos em seu dia a dia o que mostra que a TI e a Cermissões estão no caminho certo quando o assunto é gestão e governança em Tecnologia da Informação

Desempenho econômico-financeiro - Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas auditadas. Em 2022, a sobra líquida foi de R\$ 22.147 contra R\$ 13.383 em 2021, o que representa um aumento de 65,49%. A receita líquida da atividade de distribuição de energia atingiu R\$ 114.401 enquanto em 2021 situou-se em R\$ 105.490, representando um aumento de 8,45%. Os custos/despesas operacionais totalizaram em 2022 R\$ 92.584 enquanto em 2021 foi de R\$ 93.516 sendo 1% inferior em relação a 2021. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 12,35% contra 8,23% em 2021. O endividamento foi de 24,14% enquanto no ano anterior foi de 23,21%.

O EBITDA ou LAJIDA sobra antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 29.813 superior em 53,85% em relação ao ano de 2021, que foi de R\$ 19.377.

Demonstrativo do cálculo do EBITDA	2022	2021	%
Receita operacional líquida	114.401	105.490	8,45
Custo do serviço de energia elétrica	(82.202)	(84.347)	(2,54)
Despesas operacionais	(10.383)	(9.170)	13,23
(-) Despesas gerais e administrativas	(9.889)	(8.455)	16,95
(-) Outras despesas operacionais	(1.543)	(1.364)	13,13
(+) Outras receitas operacionais	1.049	650	61,45
Resultado da Atividade ou EBIT	21.817	11.974	82,21
(+) Quotas de reintegração/amortização	7.996	7.404	8,00
EBIDTA	29.813	19.377	53,85
Margem EBITDA	26,06%	18,37%	41,87

Nota: Para fins de demonstração do cálculo do Ebitda foram excluídos os valores das receitas e custos de construção.

Investimentos - Em 2022 os investimentos da Cooperativa importaram em R\$ 28.000 distribuídos da seguinte forma:

	2022	2021
Edificações, obras civis e benfeitorias	373	4.967
Equipamentos de Informática	75	135
Equipamentos gerais	1.175	1.564
Servidão	0	0
Sistema de alimentação de energia	0	130
Sistema de comunicação	7	67
Sistema de distribuição de energia	17.131	15.308
Sistema de geração de energia	1.062	0
Sistema de proteção contra incendio	0	30
Sistema de proteção, medição e automação	130	518
Softwares	0	103
Terrenos	241	209
Veículos	1.458	341
Total	28.000	23.372

Captações de recursos - Para viabilizar o programa de investimentos do ano, a permissionária captou um total de R\$ 4.526 oriundos de participação financeira do consumidor (R\$ 2.356 são referentes a obras não concluídas).

Valor adicionado: Em 2022, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Permissionária foi de R\$ 22.147 representando 13,93% da receita operacional bruta. Foi efetuada a reversão da reserva de reavaliação, no valor de R\$ 1.305, totalizando o resultado do exercício abrangente em R\$ 23.452, com a seguinte distribuição:

- Reserva de assistência técnica educacional e social de caráter fiscal (Rates) R\$ 2.221 e destinações estatutárias (5%) R\$ 1.061.
- Fundo de Reserva legal (50%) R\$ 10.616.
- Fundo de expansão e manutenção (35%) R\$ 7.431.
- Sobra à disposição da assembleia R\$ 2.123.

Política de reinvestimento - A Cooperativa tem investido ao longo dos últimos anos na melhoria do seu sistema de distribuição e na infraestrutura, procurando sempre prestar um serviço de qualidade aos seus associados. Diante disto o associado define que as sobras de determinado exercício devem ser destinadas a propiciar novos investimentos e melhorias sem a necessidade da busca de recursos de terceiros.

Composição do capital social - Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da permissionária era de R\$ 7.302.

Relações com o mercado - Ao longo do ano, a Permissionária recebeu a visita de expressivo número de associados, clientes e fornecedores. A Cermissões também promoveu visitas às demais permissionárias de energia do sistema Fecoergs, participou de conferências, seminários e reuniões nos principais centros de convenções do país.

Gestão

As ações administrativas seguem os princípios legais regidos pelo setor elétrico, lei cooperativista e estatuto social, sempre primando pelo diálogo e respeito com os entes envolvidos, cumprindo o contrato de permissão assinado em março do ano de 2010 com a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel. Decorridos doze anos de atividades no ambiente regulado, existem vários procedimentos ainda em fase de adaptação, seguindo o cronograma determinado pela Aneel, causando em muitas situações a insatisfação dos próprios associados que tem dificuldades em aceitar determinações legais que precisam ser cumpridas pela Cooperativa como permissionária.

Nesta nova etapa da história da Cermissões aconteceram grandes avanços, tanto na estrutura física (elétrica de distribuição e geração), tecnológica e em novas ferramentas, assim como no capital humano com equipes de profissionais qualificados. O resultado é percebido através do grau de satisfação da população que usufrui dos serviços prestados. Através dos relatórios de fiscalização da Aneel, há a confirmação de uma gestão eficiente, atendendo a todos os requisitos e informações solicitadas pela Agência, zelando satisfatoriamente os aspectos da normatização do serviço público de distribuição e geração de energia elétrica. Isso demonstra a retidão da gestão que vem atuando nas últimas décadas junto à Cooperativa, conduzindo com austeridade todas as atividades desempenhadas e que são acompanhadas de forma permanente pelo agente regulador.

A Cermissões vem sendo conduzida de forma a garantir aos associados/consumidores a confiabilidade, estabilidade, serviços eficientes e com segurança, atuando de forma planejada, visando assegurar a disponibilidade de energia com qualidade para a demanda crescente e cumprindo as tarifas homologadas pela Aneel, sempre procurando repassar o mínimo índice de reajuste possível, sem colocar em risco o equilíbrio econômico financeiro da permissionária.

Planejamento empresarial - A Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia das Missões, desde 2005 quando do início do processo de enquadramento junto a ANEEL como permissionária do serviço público de distribuição e geração de energia elétrica, desenvolveu um planejamento visando adaptar-se rapidamente as mudanças definidas pelo setor elétrico e as constantes alterações das normas que regem o papel das distribuidoras.

A partir da assinatura do contrato de permissão em março de 2010 com a Agência Nacional de Energia Elétrica, a administração e colaboradores comungam dos mesmos objetivos que norteiam as ações da Cooperativa constantes em seu planejamento cooperativo para atingir as metas propostas, não somente como cooperativa, mas a partir de então como agente do setor elétrico nacional. Na época, a administração da Permissionária estabeleceu alguns parâmetros, entre eles: o de se tornar uma das empresas de "referência do setor elétrico", tanto em qualidade de energia como em satisfação do consumidor. Para isso iniciou-se os investimentos nos diversos setores da distribuidora e de forma especial nas melhorias das redes elétricas, instalação de equipamentos e novas tecnologias da informação, inclusive com a automação do sistema de distribuição com telecomando a distância, promovendo a redução de despesas e diminuindo o tempo sem energia elétrica ao consumidor.

A CERMISSÕES é filiada à Federação das Cooperativas de Energia do Rio Grande do Sul – FECOERGS e, como integrante do sistema, segue o padrão do planejamento estratégico da Entidade. No decorrer de 2022 foram realizados vários encontros virtuais com as filiadas, preparando suas equipes gerenciais para a aplicação do planejamento de cada cooperativa, assegurando o sucesso de todas as atividades diante da variação de cenários, onde com facilidade são tomadas decisões, redefinindo projetos com base nas tendências relacionadas aos diversos ambientes: político; econômico; sociocultural; ambiental; e tecnológico - visando corrigir os impactos a curto e médio prazo.

O planejamento dos negócios da Cooperativa tem sido a base para os investimentos futuros, visando manter e melhorar a performance, ganho e desempenho da Permissionária, tendo como meta regrar o investimento das sobras alcançadas.

Com ações bem planejadas, a Cooperativa proporciona melhor qualidade e segurança nos serviços que presta a seus associados/consumidores, através de sua estrutura de geração (PCH Rio Ijuizinho e CGH Claudino Fernando Piccoli), transformação (Subestação São Miguel Arcanjo 69/23 kV e Subestação Santo Antônio) e distribuição de energia elétrica (6.296 km de redes elétricas) tendo como objetivo principal: assegurar os melhores serviços, com a menor tarifa possível a todos os consumidores.

Gestão pela qualidade – A Cermissões trabalha com o objetivo de melhorar de forma constante todos os seus indicativos, e de forma especial aqueles exigidos pela certificação da ISO 9001 – Sistema de Gestão da Qualidade para a seguinte área de aplicação: coleta de

dados e apuração de indicadores de continuidade individuais e coletivos e de qualidade do atendimento comercial na distribuição de energia elétrica; e tratamento das reclamações dos associados/consumidores, na área de permissão da Cermissões. O certificado possui o registro TNBR-26728, válido até agosto de 2023.

Recursos humanos - Em 2022 a permissionária investiu R\$ 206 em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados, mantendo a permissionária atualizada nas áreas tecnológica e gerencial, oferecendo aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e potenciais. Os treinamentos da permissionária têm como objetivos: a segurança dos trabalhadores e associados/consumidores, melhor qualidade no atendimento e responsabilidade social.

A Cooperativa contribuiu com auxilio ao transporte e a mensalidade de funcionários que estão participando do curso técnico em eletrotécnica, técnico em segurança do trabalho, graduação em engenharia elétrica, direito, ciências contábeis e administração, possibilitando desta forma a qualificação do seu quadro funcional.

Responsabilidade social - O maior diferencial da Cermissões no decorrer dos seus 62 anos de fundação é a capacidade de se reinventar a cada dia, agregando novas tecnologias e conhecimentos, tendo sempre como foco: a prestação dos melhores serviços à região onde está inserida, a modernização de seu sistema de distribuição e geração de energia, aperfeiçoamento e inovação dos processos da gestão administrativa, bem como estreitando a relação com os associados/consumidores. A preocupação é constante com a qualidade da energia distribuída e a segurança que a mesma deve promover junto aos usuários, além da constante participação em ações de interesse da comunidade. Outro fator que merece destaque refere-se à aplicação dos recursos gerados pela Cooperativa em sua área de permissão, cada centavo gerado é aplicado em benefício a seus associados/consumidores gerando emprego, renda e qualidade de vida.

A Cooperativa está em constante metamorfose. A administração e colaboradores procuram manter e propagar a filosofia do sucesso, modificando o que for necessário e incorporando as novas aspirações sempre em busca de um futuro cada vez mais próspero. É assim que, ano após ano, vivenciamos novas experiências e, por meio delas, planejamos os anos vindouros da Cooperativa Permissionária. Para alcançar as metas estipuladas, a equipe passa por cursos e treinamentos, qualificando o capital humano, que com muita determinação, cooperação e trabalho baseado nos pilares da sustentabilidade social, implantam-se projetos que contribuem para um mundo melhor.

Uma Cooperativa é formada por pessoas, assim como os resultados gerados são para todos e graças a essa união de forças, o sucesso tem sido uma constante, fazendo com que a organização conquiste o respeito no mercado de distribuição e geração de energia. A Cermissões faz a diferença na vida das pessoas e com isso goza de excelente conceito junto à comunidade, tornando-se referência em respeito e bom atendimento ao associado/consumidor, promovendo qualidade de vida e desenvolvimento aos habitantes de sua área de permissão.

Preservar o meio ambiente é colaborar com a qualidade de vida das gerações futuras, e a Cermissões tem cumprido todas as determinações exigidas pela legislação ambiental vigente. Em 2022 realizou o plantio de 8.900 árvores. Dentre as inúmeras ações de proteção ao meio ambiente, no mês de julho, a Cermissões foi parte integrante do projeto ambiental que contemplou o plantio de árvores no Túnel Verde, do Rincão do Sossego, interior de Santo Ângelo. Na oportunidade uma equipe da Cermissões participou de um trabalho referente a comemoração dos 32 anos da ARFOM - Associação de Reflorestamento, entidades e alunos dos cursos de Engenharia Ambiental e Sanitária da Faculdade Santo Ângelo (FASA). O plantio de árvores neste trajeto pretende criar um local de lazer para realização de cavalgadas, ciclismo, caminhadas, rústicas e até de turismo ecológico, tendo em vista o efeito que a vegetação produz sobre o ser humano. Na verdade, a humanidade sempre dependeu dos benefícios ambientais que as árvores oferecem, e no futuro não será diferente, iremos cada vez mais depender destes benefícios para o nosso bem-estar e qualidade de vida.

A Cermissões durante o ano de 2022 recebeu a visita de vários alunos de diferentes escolas e cursos, os quais puderam conhecer o funcionamento e a importância do trabalho da Cooperativa na região. Destaca-se a visita dos alunos das turmas do 8° e 9° ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Joaquim Rolim de Moura de Vitória das Missões, acompanhados da professora e vice-diretora Simone Lemos Lambrech e das professoras lara Leal de Souza, Ângela Machado e Cledi Massalai.

A Cermissões recebeu os alunos do curso de Engenharia Elétrica da URI de Santo Ângelo, os quais realizaram uma visita técnica a PCH da Cermissões, instalada no Rio Ijuízinho no município de Entre-Ijuís.

Alunos do curso técnico de Segurança no Trabalho, da escola SEG de São Luiz Gonzaga, foram recebidos pelos técnicos da Cermissões na Subestação Santo Antônio em São Luiz Gonzaga.

Cooperativa em números

Atendimento	2022	2021	%
Número de consumidores	27.995	27.629	1,32
Número de empregados	235	217	8,29
Número de consumidores por empregado	119	127	(6,30)
Número de localidades atendidas	26	26	0,00
Número de agências	1	1	0,00
Número de postos de atendimento	13	13	0,00

Mercado	2022	2021	%
Área de permissão (km2)	7.120,66	7.120,66	0,00
Geração própria (MWh)	12.938,485	13.764,039	(6,00)
Energia contratada (MWh)	128.421,254	115.000,000	11,67
Demanda Contratada Mensal (kW)	56.800	43.220	31,42
Distribuição direta (MWh)	158.681,546	143.856,039	10,31
População atendida	139.975	138.145	1,32

Operacionais	2022	2021	%
Número de usinas em operação	2	2	0,00
Redes de distribuição (km)	6.296,58	6.280,48	0,26
Capacidade instalada (MW)	226,37	206,76	9,48

Financeiros	2022	2021	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	159.024	159.485	(0,29)
Receita operacional líquida (R\$ mil)	137.688	125.031	10,12
Margem operacional do serviço líquida (%)	32.200	21.143	52,29
EBITDA OU LAJIDA	29.813	19.377	53,85
Lucro líquido (R\$ mil)	22.147	13.383	65,49
Patrimônio líquido (R\$ mil)	179.262	162.671	10,20
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	12,35	8,23	50,06
Endividamento do patrimônio líquido (%)	24,14	23,21	4,01
Energia gerada / comprada por funcionário: [(energia gerada + comprada em MW) /nº de funcionários]	778,67	704,14	10,58
Energia gerada / comprada por consumidor: [(energia gerada + comprada em MW) / nº de consumidores]	6,54	5,53	18,26

Agradecimentos

As cooperativas representam a força da união das pessoas em torno de objetivos comuns. Elas são agentes que promovem o desenvolvimento econômico e social das comunidades onde atuam, incentivam o empreendedorismo, criam oportunidades de negócio e promovem o crescimento das pessoas e das regiões onde estão presentes.

Diante das conquistas alcançadas em 2022, a Administração da Cermissões agradece em primeiro lugar aos associados, razão da existência da Cooperativa, pelo apoio e confiança na equipe que tem a missão de manter a permissionária em pleno funcionamento, cuja dedicação foi determinante na consolidação como geradora e transmissora de energia, se tornando referência no setor. Aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal pela parceria de trabalho, buscando sempre através do diálogo, discutir e planejar, aprovar e encaminhar as soluções em benefício da família social. Nosso reconhecimento à equipe de colaboradores que dão o melhor de si na execução dos projetos por nós determinados. Aos fornecedores e prestadores de serviços terceirizados que contribuíram para que os objetivos da Cooperativa fossem alcançados. As Administrações Municipais, Câmaras de Vereadores e demais lideranças de entidades pela parceria no decorrer do exercício findo. A trajetória de sucesso que vem sendo trilhada pela Cermissões é decorrente da união de esforços e da crença na importância desse trabalho para o crescimento e desenvolvimento da nossa região. Assim, contamos com a continuidade dessa parceria para fazer da Cermissões uma empresa cada vez mais justa, ética e sustentável. Nada teria sido possível sem o apoio e participação de todos que direta ou indiretamente contribuíram para que a Cermissões continue sendo exemplo e modelo na prestação do serviço público de distribuição e geração de energia elétrica. O ano que passou deixou um legado de aprendizado. A experiência adquirida nos dá força para seguir em frente.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
ATIVO			
Circulante		47.963	48.044
Caixa e equivalentes de caixa		19.502	21.532
Consumidores	4	14.682	16.506
Serviços em curso		492	199
Tributos e contribuições compensáveis		1.870	1.195
Almoxarifado operacional		1.744	1.191
Ativos regulatórios	6	5.040	3.597
Despesas pagas antecipadamente		186	99
Outros ativos circulantes		4.447	3.725
Não circulante		185.989	165.545
Depositos judiciais e cauções		234	234
Despesas pagas antecipadamente		16	31
Outros ativos não circulantes		3.145	1.884
Investimentos		258	211
Imobilizado	5	181.755	162.415
Intangível	5	581	770
Total do ativo		233.952	213.589
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante		26.736	25.089
Fornecedores		7.806	13.297
Empréstimos e financiamentos	7	0	0
Obrigações sociais e trabalhistas		4.236	3.834
Tributos		1.097	1.314
Encargos setoriais		986	4.845
Passivos financeiros setoriais	6	8.413	512
Outros passicos circulantes		4.198	1.287
Não circulante		16.537	12.661
Empréstimos e financiamentos	7	0	0
Provisões para litígios	8	931	970
Obrigações vinculadas à concessão	9	15.606	11.691
Patrimônio líquido		190.679	175.839
Capital social	10 a	7.302	7.300
Reservas de capital	10 b	11.423	11.423
Reservas de reavaliação	10 c	25.070	27.016
Reservas de sobras	10 d	144.761	128.676
Saldo a disposição da assembleia	10 f	2.123	1.424
Total do passivo e patrimônio líquido		233.952	213.589

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado do exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ingresso/receita operacional bruta	11	135.738	139.944
Fornecimento de energia elétrica		3.362	5.927
Receita de disponibilidade da rede elétrica		94.046	96.890
Doações, contribuições e subv. econômica		37.708	36.652
Receita de atividade não vinculada		513	381
Outras receitas vinculadas		109	93
Deduções da receita operacional		(21.336)	(34.453)
Tributos e encargos		(11.703)	(17.503)
Federais		(2.288)	(1.756)
Estaduais e Municipais		(9.415)	(15.747)
Encargos parcela "A"		(9.634)	(16.950)
Conta de Desenvolvimento Econômico – CDE		(9.387)	(7.365)
Taxa de Fiscalização - TFSE		(247)	(224)
Outros encargos		0	(9.361)
Receita operacional líquida		114.401	105.490
Custos não gerenciáveis – Parcela "A"		(54.170)	(59.518)
Energia elétrica comprada para revenda		(31.993)	(47.514)
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa		(1.484)	(1.053)
Microgeração		(11.040)	(4.615)
Encargos de uso da rede elétrica		(9.653)	(6.335)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		60.232	45.972
Custos gerenciáveis – Parcela "B"		(40.165)	(35.678)
Pessoal	12	(18.851)	(16.482)
Administradores	12	(1.897)	(1.587)
Material		(3.191)	(2.850)
Serviços de terceiros		(3.374)	(2.758)
Arrendamentos e aluguéis		(177)	(161)
Tributos		(411)	(243)
Seguros		(46)	(47)
Outros		(1.899)	(1.047)
Provisão para devedores duvidosos		(79)	(705)
Depreciação		(9.105)	(8.670)
Outras receitas operacionais		1.049	650
Outras despesas operacionais		(2.185)	(1.777)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		20.066	10.295
Resultado financeiro		1.532	1.710
Receita financeira		2.546	1.997
Despesa financeira		(1.014)	(287)
Lucro (prejuízo) antes IRPJ/CSLL		21.598	12.005
Imposto de renda		(877)	(215)
Contribuição social		(324)	(86)
Lucro (prejuízo)		20.397	11.704

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(valores expressos em milhares de reais)

Recursos	31/12/2022	31/12/2021
Sobra liquida do exercício	22.147	13.383
Demais resultados abrangentes		
Reversão da reserva de reavaliação	1.305	1.305
Resultado do exercício abrangente	23.452	14.688
Destinações		
Destinação de caráter fiscal	(2.221)	(444)
Rates (Art. 87 da lei 5764/71)	(2.221)	(444)
Destinações estatutárias	(19.108)	(12.820)
Fundo de reserva legal (50%)	(10.616)	(7.122)
Rates (5%)	(1.061)	(712)
Fundo de expansão e manutenção (35%)	(7.431)	(4.986)
Saldo a Disposição da Assembléia Geral Ordinária	2.123	1.424

Demonstração do fluxo de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(valores expressos em milhares de reais)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2022	2021
Resultado do exercício	22.147	13.383
Despesas (receitas) que não afetam caixa e equivalentes de caixa		_
Depreciação	7.996	7.404
Provisões para contingência e variação monet. Passiva	(39)	645
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	25	52
Resultado participação soc cooperativa capitalizada	(47)	(32)
	7.935	8.069
Redução (Aumento) de Ativos		
Consumidores	1.799	(3.637)
Serviços em curso	(293)	23
Tributos Compensáveis	(675)	(166)
Estoques	(553)	(408)
Ativos financeiros setoriais	(1.443)	748
Despesas pagas antecipadas	(88)	(13)
Outros ativos circulantes	(721)	173
Outros ativos não circulantes	(7.781)	(7.192)
	(9.755)	(10.471)
Aumento (Redução) de Passivos	,	
Fornecedores Demais	(5.491)	4.127
Obrigações sociais e trabalhistas	401	413
Tributos e Contribuições sociais a pagar	(216)	199
Encargos setoriais	(3.859)	3.470
Passivos financeiros setoriais	7.901	(998)
Outros passivos circulantes	2.911	727
	1.647	7.938
Caixa gerado por atividades operacionais	(8.108)	(2.533)
Caixa líquido gerado por atividades operacionais	21.974	18.920
Fluxo de caixa das atividades de investimento	,	
Imobilizado	(22.362)	(13.321)
Participação financeira do consumidor	3.915	1.553
Aplicação do Rates	(1.503)	(1.216)
Aplicação do fundo de expansão e manutenção	(4.055)	(245)
Caixa líquido das atividades de investimento	(24.005)	(13.229)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		_
Integralização de capital	1_	(0)
Doações e subveção para investimentos	0	50
Caixa líquido das atividades de financiamento	1	50
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa	(2.030)	5.740
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	21.532	15.792
No fim do exercício	19.502_	21.532
	(2.030)	5.740

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Rates	Reserva para investimento	Fundo expansão e manutenção	Equalização resultado soc. e reg.	Sobra à disp. AGO	Total
Saldo em 31/12/2020	7.301	11.373	28.734	73.414	14.603	0	38.491	(10.308)	1.938	165.546
Integralização de capital	(0)	0	0	0	0	0	0	0	0	(0)
Destinação conforme AGO	0	0	0	0	0	0	1.938	0	(1.938)	0
Sobra líquida do exercício	0	0	0	0	0	0	0	0	13.383	13.383
Destinação estatutária sobras	0	0	0	7.122	712	0	4.986	0	(12.820)	0
Destinação de carater fiscal	0	0	0	0	444	0	0	0	(444)	0
Rates aplicado	0	0	0	0	(1.216)	0	0	0	Ó	(1.216)
Realização reserva reavaliação	0	0	(1.305)	0	0	0	0	0	1.305	0
Doações e subvenções	0	50	0	0	0	0	0	0	0	50
Malha fiscal PJ/GFIP - GILRAT	0	0	0	0	0	0	(245)	0	0	(245)
Equalização do res. reg. e societário	0	0	(413)	0	0	0	0	(1.266)	0	(1.679)
Sobrecontratação de energia elétrica	0	0	Ò	0	0	0	0	Ó	0	Ú
Saldo em 31/12/2021	7.301	11.423	27.016	80.537	14.543	0	45.170	(11.574)	1.424	175.839
Integralização de capital	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Destinação conforme AGO	0	0	0	0	0	0	1.424	0	(1.424)	0
Sobra líquida do exercício	0	0	0	0	0	0	0	0	22.147	22.147
Destinação estatutária sobras	0	0	0	10.616	1.062	0	7.431	0	(19.108)	0
Destinação de carater fiscal	0	0	0	0	2.222	0	0	0	(2.222)	0
Rates aplicado	0	0	0	0	(1.503)	0	0	0	0	(1.503)
Realização reserva reavaliação	0	0	(1.305)	0	0	0	0	0	1.305	0
Doações e subvenções	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Malha fiscal PJ/GFIP - GILRAT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Equalização do res. reg. e societário	0	0	(641)	0	0	0	0	(1.110)	0	(1.751)
Sobrecontratação de energia elétrica	0	0	Ò	0	0	0	(4.055)	Ó	0	(4.055)
Saldo em 31/12/2022	7.302	11.423	25.070	91.152	16.324	0	49.970	(12.684)	2.123	190.679

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (valores expressos em milhares de reais)

1. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

O fornecimento de energia elétrica a varejo é efetuado pela cooperativa de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de permissão.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: 1 - uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (custos da parcela A); e 2 - uma parcela de custos operacionais (custos da parcela B). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da permissionária, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos custos da parcela B (ajuste escalar) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos custos da parcela A e parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

A Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia das Missões Cermissões é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, com sede na cidade de Caibaté, Estado do Rio Grande do Sul, e tem como principal objetivo o desenvolvimento socioeconômico, através da distribuição de energia elétrica e serviços de interesses de seu quadro de associados. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país e tem como atividades preponderantes a distribuição, geração de energia elétrica e a prestação de serviços aos seus 31.754 cooperados em 26 municípios da região das Missões, área que concentra grande parte da produção agrícola do Estado.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

Para efeito de comparabilidade das informações contábeis (Demonstrações Contábeis) do exercício de 2022 com aquela do exercício de 2021, estas deverão ser reclassificadas considerando as disposições contidas no Manual.

As Outorgadas de serviço público de distribuição (incluindo as cooperativas) de energia elétrica devem adotar as disposições contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, bem como, manter atualizada a escrituração contábil na sede do respectivo domicílio, por meio de registros permanentes, com obediência aos preceitos legais regulatórios e aos pressupostos básicos da contabilidade, sendo observadas as características qualitativas das Demonstrações Contábeis Regulatórias dispostas no Manual.

As sociedades cooperativas respondem a uma legislação própria e apresentam-se como entidades de dupla natureza, sendo o exercício da natureza econômico-financeira que as conduzem ao alcance na natureza social. Estas entidades realizam atos cooperativos e atos não cooperativos.

A segregação entre os ingressos e as receitas será feita com base na distinção entre ato com cooperados e com não cooperados. A segregação entre dispêndios e despesas, quando não possível a distinção, será feita por forma de rateio ou proporcionalidade. As Outorgadas de serviço público de geração de energia elétrica, bem como as outorgadas de uso de bem público para geração de

energia elétrica, na exploração de potencial de energia hidráulica, em regime de produção independente, devem adotar as disposições

contidas no Manual, bem como, manter atualizada a escrituração contábil na sede do respectivo domicílio, por meio de registros permanentes, com obediência aos preceitos legais regulatórios e aos pressupostos básicos da contabilidade.

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são diferenciadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão apresentadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor.

3. Principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas na nota 04 das demonstrações contábeis societárias.

Ativos e passivos regulatórios: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do órgão regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O ativo e passivo regulatório serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

<u>Imobilizado em serviço</u>: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 31 de dezembro de 2013. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da permissão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

<u>Imobilizado em curso</u>: A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado, custos com componentes menores e custos adicionais necessários a operação, os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

<u>Intangível</u>: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

<u>Obrigações especiais vinculadas à concessão</u>: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação – valor novo de reposição (VNR): É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. No exercício 2022 foi feito a realização da reserva de reavaliação o montante de R\$ 1.305 referente aos encargos de depreciação dos bens reavaliados e R\$ 641 relativo a baixa pela desativação.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

A reavaliação foi registrada em 31 de dezembro de 2013 e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL em 17 de setembro de 2013 conforme Resolução Homologatória nº 1.618/2013.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da permissionária é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4. Consumidores e permissionárias

A composição das contas a receber é como segue:

	VALORES CORRENTES											
	CORRENTE A	VENCER		CORRENT	E VENCIDA		Provisão p/					
DESCRIÇÃO	Até 60 dias	Mais de		De 91 a	De 181 a	Mais de	Devedores	TOTAL 2022	TOTAL 2021			
	Ale ou ulas	60 dias	Até 90 dias	180 dias	360 dias	360 dias	Duvidosos					
Fornecimento de energia	14.463	97	11	16	42	136	(164)	14.600	16.435			
Residencial baixa renda	187	5	1	1	3	13	0	211	187			
Residencial	1.522	14	3	6	17	56	(97)	1.521	2.244			
Industrial	286	2	0	0	0	0	0	288	341			
Comercial	766	7	1	1	1	27	(28)	775	1.134			
Rural	8.517	69	6	8	20	39	(39)	8.620	8.978			
Poderes públicos	206	0	0	0	1	0	(0)	207	266			
Iluminação pública	208	0	0	0	0	0	0	208	286			
Serviço público	68	0	0	0	0	0	0	68	94			
Fornecimento não faturado	2.702	0	0	0	0	0	0	2.702	2.903			
Outros créditos de energia	82	1	0	0	0	1	(2)	82	71			
Serviço taxado	15	1	0	0	0	1	(1)	16	19			
Parcelamento de energia	66	0	0	0	0	0	(1)	65	52			
(-) Arrecadação proc. classificação	(0)	0	0	0	0	0	0	(0)	0			
Cobrança de pagamento a menor	1	0	0	0	0	0	0	1	0			
Totais	14.545	98	11	16	42	137	(166)	14.682	16.506			

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação publica e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, conforme estabelece a Instrução Contábil nº 6.3.3 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço. O valor constituído de R\$ 166, considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.

5. Imobilizado

5.1 A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencias (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	13.432	1.074	(212)	(5)	0	14.288	857	(5.100)	9.188	8.576	0	0	0
Terrenos	1.246	0	0	0	0	1.246	0	0	1.246	1.246	0	0	0
Reservatórios, barragens e adutoras	4.771	1.032	(212)	0	0	5.591	820	(2.309)	3.282	2.487	0	0	0
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.523	30	` o´	0	0	1.553	30	(771)	782	789	0	0	0
Máguinas e equipamentos	5.881	12	0	0	0	5.893	12	(2.014)	3.879	4.053	0	0	0
Móveis e utensílios	11	0	0	(5)	0	7	(5)	(7)	0	0	0	0	0
Distribuição	194.255	20.175	(5.780)		0	208.649	14.394	(81.432)	127.217	117.350	17.701	(4.452)	13.249
Edificações, obras civis e benfeitorias	229	218	0	14	0	462	233	(19)	443	224	0	0	0
Máquinas e equipamentos	191.171	19.081	(5.548)	(16)	0	204.687	13.517	(79.364)	125.324	116.264	17.701	(4.452)	13.249
Veículos	2.755	871	(231)) O	0	3.394	639	(1.973)	1.421	834	0) O	0
Móveis e utensílios	101	4	(1)	1	0	106	5	(77)	29	28	0	0	0
Sistema de Transmisssão Associado	20.545	6.729	`o´	0	0	27.274	6.729	(3.900)	23.374	17.459	0	0	0
Terrenos	90	241	0	0	0	332	241	0	332	90	0	0	0
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.599	196	0	0	0	1.794	196	(311)	1.484	1.347	0	0	0
Máguinas e equipamentos	18.855	6.292	0	0	0	25.147	6.292	(3.588)	21.558	16.021	0	0	0
Móveis e utensílios	1	0	0	0	0	1	0	` (1)	1	1	0	0	0
Administração	9.973	23	(1)	5	0	10.001	28	(2.088)	7.913	8.256	0	0	0
Terrenos	1.561	0	0	0	0	1.561	0	0	1.561	1.561	0	0	0
Edificações, obras civis e benfeitorias	5.615	0	0	0	0	5.615	0	(1.057)	4.558	4.728	0	0	0
Máquinas e equipamentos	1.968	13	(1)	2	0	1.982	14	(734)	1.248	1.361	0	0	0
Veículos	337	0	O O	0	0	337	0	(189)	148	188	0	0	0
Móveis e utensílios	492	10	0	4	0	506	14	(108)	398	418	0	0	0
Total Ativo Imobilizado em Serviço	238.205	28.000	(5.993)	0	0	260.212	22.007	(92.520)	167.692	151.640	17.701	(4.452)	13.249

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferencias (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	353	798	(1.151)	0	0	0	(353)	0	0	353	0	0	0
Reservatórios, barragens e adutoras	353	700	(1.053)	0	0	(0)	(353)	0	(0)	353	0	0	0
Edificações, obras civis e benfeitorias	0	30	(30)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Máquinas e equipamentos	0	12	(12)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Compras em andamento	0	16	(16)		0	0	0	0	0	0	0	0	0
Adiantamento a fornecedor	0	40	(40)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuição	10.422	56.230	(54.337)	0	0	12.315	1.893	0	12.315	10.422	2.356	0	2.356
Edificações, obras civis e benfeitorias	76	157	(233)	0	0	(0)	(76)	0	(0)	76	0	0	0
Máquinas e equipamentos	5.756	21.245	(20.813)	0	0	6.187	431	0	6.187	5.756	2.356	0	2.356
Veículos	0	871	(871)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Móveis e utensílios	0	4	(4)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Estudos e projetos	0	206	0	0	0	206	206	0	206	0	0	0	0
Transformação, fabricação e reparo	119	4.023	(4.050)	0	0	92	(27)	0	92	119	0	0	0
Compras em andamento	0	13.560	(13.560)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Material em depósito	4.471	15.697	(14.339)	0	0	5.829	1.358	0	5.829	4.471	0	0	0
Adiantamento a fornecedor	0	468	(468)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sistema de Transmisssão Associado	0	10.498	(10.498)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Terrenos	0	241	(241)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Edificações, obras civis e benfeitorias	0	196	(196)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Máquinas e equipamentos	0	4.942	(4.942)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Adiantamento a fornecedor	0	5.119	(5.119)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Administração	(0)	2.640	(893)	0	0	1.747	1.747	0	1.747	(0)	0	0	0
Máquinas e equipamentos	0	1.760	(13)	0	0	1.747	1.747	0	1.747	0	0	0	0
Móveis e utensílios	0	10	(10)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Compras em andamento	0	13	(13)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Adiantamento a fornecedor	(0)	856	(856)		0	(0)	0	0	(0)	(0)	0	0	0
Total Ativo Imobilizado em Curso	10.775	70.166	(66.879)	0	0	14.062	3.287	0	14.062	10.775	2.356	0	2.356
Total Ativo Imobilizado	248.980	98.166	(72.872)	0	0	274.275	25.294	(92.520)	181.755	162.415	20.057	(4.452)	15.606

5.2 A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ mil	Valor bruto 31/12/Friday	Adições (A)	Baixas (B)	Transferênciais (C)	Reavaliação	Valor bruto 31/12/Saturd ay	Adições líquidas (A)-(B)+(C)	Amortização acumulada	Valor líquido 31/12/Saturd ay	Valor líquido 31/12/Friday
Ativo intangível em serviço										
Geração	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Softwares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuição	1.010	0	0	0	0	1.010	0	(846)	164	319
Softwares	1.010	0	0	0	0	1.010	0	(846)	164	319
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sistema de transmissão associado	394	0	0	0	0	394	0	(47)	347	358
Servidões	338	0	0	0	0	338	0	0	338	338
Softwares	56	0	0	0	0	56	0	(47)	8	19
Administração	369	0	0	0	0	369	0	(298)	70	93
Softwares	369	0	0	0	0	369	0	(298)	70	93
Outros	0 1.773	0	0	0	0	0	0	0	0 581	770
Subtotal	1.773	0	0	0	0	1.773	0	(1.191)	381	770
Ativo intangível em curso										
Geração	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Softwares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Distribuição	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Softwares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Administração	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Softwares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total do ativo intangível	1.773	0	0	0	0	1.773	0	(1.191)	581	770

5.3 Ativo imobilizado líquido

		2022		2021	
Ativo Imobilizado - R\$ mil	Valor bruto	Depreciação e amort. acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço					
Geração	14.288	(5.100)	9.188	8.576	
Custo Histórico	11.761	(3.787)	7.974	7.267	
Reavaliação	2.527	(1.313)	1.214	1.309	
Distribuição	235.924	(85.332)	150.592	134.808	
Custo Histórico	206.368	(66.090)	140.278	122.733	
Reavaliação	29.556	(19.242)	10.314	12.075	
Administração	10.001	(2.088)	7.912	8.256	
Custo Histórico	10.411	(2.387)	8.023	8.372	
Reavaliação	(410)	299	(111)	(116)	
•	260.213	(92.520)	167.692	151.640	
Em Curso	<u></u>	, ,			
Geração	0	0	0	0	
Distribuição	12.315	0	12.315	353	
Administração	1.747	0	1.747	10.422	
•	14.062	0	14.062	10.775	
	274.275	(92.520)	181.754	162.415	

5.4 A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso R\$ mil	Material equipamentos	Serviços de terceiros	Mão de obra própria	Outros gastos	Total
Terrenos	232	4	0	5	241
Reservatórios, barragens e adutoras	602	98	0	0	700
Edificações, obras civis e benfeitorias	373	3	7	0	383
Máquinas e equipamentos	24.003	1.825	2.131	0	27.959
Móveis e utensílios	14	0	0	0	14
Veiculos	865	3	0	3	871
Transformação, fabr. e reparo de materiais	3.670	352	1	0	4.023
Material em depósito	15.697	0	0	0	15.697
Compras em andamento	13.589	0	0	0	13.589
Adiantamento a fornecedor	6.480	3	0	0	6.483
Estudos e projetos	0	206	0	0	206
Total das adições	65.525	2.494	2.139	8	70.166

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/2015 de 11 de agosto de 2015 são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Geração	. , , ,
Edificação - casa de força	2,00
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00
Turbina hidráulica	2,50
Painel, mesa de comando e cubiculos	3,57
Comporta	3,33
Gerador	3,33
Distribuição	
Banco de capacitores	6,67
Barramento	2,50
Chave inferior a 69 Kv	6,67
Chave igual superior a 69 Kv	3,33
Condutor do sistema	3,57
Disjuntor igual ou superior a 69 kv	3,03
Estrutura do sistema (poste)	3,57
Painel, mesa de comando e cubiculos	3,57
Regulador de tensão	4,35
Religador	4,00
Transformador de distribuição	4,00
Transformador de força	2,86
Administração Central	
Equipamento geral	6,25
Equipamento geral de informatica	16,67
Edificação	3,33

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do Bem	R\$ - mil
1	Transformador de força 72,5/23,1KV, 20/25MVA Série 496660101	2.470
2	Transformador de força 72,5/23,1KV, 20/25MVA Série 496660201	2.470
3	Conduto Forçado de 108,70 m de extensão em aço	1.032
4	Monovia e Ponte Rolante da Fábrica de Postes	772
5	Retroescavadeira New Holland 4x4, ano 2022, modelo b110b com rompedor hidráulico	548
6	Condutor de aluminio com alma de aço nu 4/0 awg	342
7	Condutor de aluminio com alma de aço nu 336.4 mcm	296
8	Condutor de aluminio com alma de aço nu 4/0 awg	271
9	Sistema de aquisição de dados e monitoramento	248
10	Condutor de aluminio com alma de aço nu 4/0 awg	243

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do Bem	R\$ - mil
1	Conduto forçado de 160 m de extensão x 1,20 m de diametro em aço	148
2	Caminhonete Toyota Hilux IWZ 1H38, 4x4, ano/modelo 2015, diesel, cor prata	118
3	Caminhonete Toyota Hilux IWR 2799 4x4, ano/modelo 2015, diesel, cor prata	113
4	Religador nova 27, sensor V, controle F6, 23 kv, 630A, trifasico	84
5	Forma/molde/leito	74
6	Forma/molde/leito	69
7	Banco capacitor 210 kvar automatico com comando eletrônico	58
8	Banco capacitor 300 kvar automatico com comando eletrônico	58
9	Banco capacitor 510 kvar automatico com comando eletrônico	56
10	Condutor de aluminio com alma de aço nu 2/0 awg	56

6. Ativo e passivo financeiro setoriais

O reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Cermissões, em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados de "Parcela A" ou outros componentes financeiros, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste.

As diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pela ANEEL no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Permissionária.

O saldo é composto: (i) ciclo tarifário em diferimento e (ii) ciclo tarifário em amortização. Portanto, haverá saldo ativo ou passivo em constituição para o ciclo em diferimento e saldo ativo ou passivo em amortização para o ciclo homologado.

6.1 Demais ativos financeiros setoriais

A movimentação das contas de demais ativos financeiros setoriais é a seguinte:

Ativos financeiros setoriais - R\$ mil	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Transferências	Saldo em 31/12/2022	Valores em am ortização	Valores em constituição
Demais ativos financeiros setoriais							_
PIS/Cofins sobre compra de energia	3.318	6.025	(2.161)	(5.483)	1.699	1.262	437
Neutralidade da parcela A	0	0	0	0	0	0	0
Outros	279	5.727	(2.386)	(279)	3.341	3.341	0
(-) Provisão p/ redução ao valor recup.	0	0	0	0	0	0	0
Total ativos financeiros setoriais	3.597	11.752	(4.547)	(5.762)	5.040	4.603	437

i) PIS/Cofins sobre compra de energia

A Permissionária registra de acordo com critério definido pela ANEEL. O valor da energia comprada adotado considerado para determinar a tarifa não considera os valores referente ao PIS e a COFINS, sendo assim, a Permissionária registra um ativo regulatório, o qual será incluído no próximo reajuste tarifário como um componente financeiro.

ii) Outros

Em outros estão incluídos:

a) CVA de Energia: diferença do preço de compra de energia incluído no reajuste tarifário e valor pago por contrato de compra de energia. Em dezembro de 2022 o saldo em amortização é de R\$ 1,8 milhões.

b) CVA de ESS e EER: diferença do encargo incluído na tarifa e o valor efetivamente pago. Os encargos incluídos nesse item são Encargos de Serviços do Sistemas (ESS) e Encargo de Energia de Reserva (EER). Em dezembro de 2022 o saldo em amortização é de R\$ 1,5 milhões.

6.2 Demais passivos financeiros setoriais

A movimentação das contas de demais passivos financeiros setoriais é a seguinte:

Passivos financeiros setoriais - R\$ mil	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Transferências	Saldo em 31/12/2022	Valores em amortização	Valores em constituição
Demais passivos financeiros setoriais							
Neutralidade da parcela A	297	2.657	(2.548)	0	407	334	73
Dev oluções tarifárias	0	0	0	0	0	0	0
Outros	215	22.329	(14.538)	0	8.006	3.646	4.360
Total passivos financeiros setoriais	512	24.986	(17.085)	0	8.413	3.980	4.433

i) Neutralidade da parcela A

A diferença entre os valores apurados nas contabilidades societária e regulatória se refere à constituição e registro da neutralidade dos encargos setoriais (parcela A) – denominados custos não gerenciáveis e corresponde à diferença entre os valores destes encargos, em relação ao mercado verificado (em curso), e a constituição de componentes financeiros ativos em curso em relação ao próximo reajuste tarifário.

ii) Outros

Em outros estão incluídos:

- a) CVA de Energia: diferença do preço de compra de energia incluído no reajuste tarifário e valor pago por contrato de compra de energia. Em dezembro de 2022 o saldo em constituição é de R\$ 1,7 milhões.
- b) CVA de ESS e EER: diferença do encargo incluído na tarifa e o valor efetivamente pago. Os encargos incluídos nesse item são Encargos de Serviços do Sistemas (ESS) e Encargo de Energia de Reserva (EER). Em dezembro de 2022 o saldo em constituição é de R\$ 1,3 milhões.
- c) DIC FIC: compensações recebidas da Supridora por descumprimento de continuidade do serviço. Nas Permissionárias os valores recebidos por descumprimento de continuidade do serviço são revertidos totalmente a modicidade tarifária.
- d) Previsão do Risco Hidrológico (GSF): no reajuste tarifário a empresa recebe um adiantamento referente ao custo com risco hidrológico, e no decorrer do ciclo apropria um passivo financeiro a ser devolvido no ciclo seguinte.

7. Empréstimos e financiamentos

A permissionária não possui empréstimos e financiamentos.

Abertura dos ativos financeiros:

Instituição/linha devedora	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Saldo total
Ativos financeiros	19.502	0	19.502
Caixa e aplicações financeiras	19.502	0	19.502
Caixa e equivalente de caixa	2.339	0	2.339
Aplicações financeiras	17.163	0	17.163

Composição do endividamento e dívida líquida:

Instituição/linha devedora	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Saldo total
(+) Dívida bruta	0	0	0
Financ./emprestimo moeda nacional	0	0	0
Diversos	0	0	0
(-) Ativos financeiros	19.502	0	19.502
Alta liquidez	19.502	0	19.502
Demais aplicações financeiras	0	0	0
(+) Dívida líquida l	19.502	0	19.502
(+/-) Derivativos/fair value	0	0	0
(+) Dívida líquida II	19.502	0	19.502

8. Provisões para litígios

A composição desta conta é como segue:

R\$ mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldos em 31/12/2021	390	370	210	970
Constituição	360	1	0	361
Pagamentos	(100)	0	0	(100)
Ganhos de causa/ajustes probabilidades	0	0	0	0
Atualização monetária	0	0	0	0
Baixas	(300)	0	0	(300)
Saldos em 31/12/2022	350	371	210	931

9. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

A composição destas obrigações:

Obrigações especiais - R\$ mil	Depreciação taxa média anual	Custo histórico 2022	Correção monetária especial	Reavaliação	Total 2022
Em serviço		17.701	0	0	17.701
Participação da União, Estados e Municípios		4.121	0	0	4.121
Participação financeira do consumidor		13.552	0	0	13.552
Doações e subv. a invest no serviço concedido		18	0	0	18
Programa de eficiência energética - PEE		0	0	0	0
Pesquisa e desenvolvimento		10	0	0	10
Universalização serv. púb. de energia elétrica		0	0	0	0
Outros - doações recebidas		0	0	0	0
Ultrapassagem de demanda		0	0	0	0
Excedente de reativos		0	0	0	0
Diferença das perdas regulatórias		0	0	0	0
Outros - doações recebidas		0	0	0	0
(-) Amortização acumulada - AIS	4,36%	(4.451)	0	0	(4.451)
Participação da União, Estados e Municípios		(2.040)	0	0	(2.040)
Participação financeira do consumidor		(2.402)	0	0	(2.402)
Doações e subv. a invest. no serviço concedido		(6)	0	0	(6)
Programa de eficiência energética - PEE		0	0	0	0
Pesquisa e desenvolvimento		(3)	0	0	(3)
Universalização serv. púb. de energia elétrica		0	0	0	0
Outros		0	0	0	0
Ultrapassagem de demanda		0	0	0	0
Excedente de reativos		0	0	0	0
Diferença das perdas regulatórias		0	0	0	0
Outros		0	0	0	0
Total		13.250	0	0	13.250

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações especiais - R\$ mil	Valor bruto 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Valor bruto 31/12/2022	Adições líquidas (A)-(B)	Valor líquido 31/12/2022	Valor líquido 31/12/2021
Em curso	1.259	17.873	(16.775)	2.357	1.098	2.357	1.259
Participação da União, Estados e Municípios	0	0	, O	0	0	0	0
Participação financeira do consumidor	1.085	11.140	(10.166)	2.059	974	2.059	1.085
Doações e subv. a investimentos no serviço concedido	0	0	0	0	0	0	0
Programa de eficiência energética - PEE	0	0	0	0	0	0	0
Pesquisa e desenvolvimento	0	0	0	0	0	0	0
Universalização do serviço público de energia elétrica	0	0	0	0	0	0	0
Valores pendentes de recebimento	0	3.713	(3.713)	0	0	0	0
Valores não aplicados	174	3.020	(2.896)	298	124	298	174
Outros	0	0) O	0	0	0	0
Ultrapassagem de demanda	0	0	0	0	0	0	0
Excedente de reativos	0	0	0	0	0	0	0
Diferença das perdas regulatórias	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0
Total	1.259	17.873	(16.775)	2.357	1.098	2.357	1.259

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

		R\$ - mil
1	Participação financeira em rede elétrica processo 79396/21	395
2	Participação financeira em rede elétrica processo 49030/21	214
3	Participação financeira em rede elétrica processo 7715/22	182
4	Participação financeira em rede elétrica processo 27061/22	179
5	Participação financeira em rede elétrica processo 23125/21	161
6	Participação financeira em rede elétrica processo 47440/21	147
7	Participação financeira em rede elétrica processo 32914/22	120
8	Participação financeira em rede elétrica processo 1921/22	111
9	Participação financeira em rede elétrica processo 36960/22	110
10	Participação financeira em rede elétrica processo 42406/21	110

10. Patrimônio líquido

a) Capital social:

O capital social da Cooperativa, no valor de R\$ 7.302 é formado por cotas partes, referente a 31.754 associados (R\$ 7.300 em 2021).

R\$ mil	2022	2021
Capital Subscrito	7.334	7.332
(-) Capital a realizar	(32)	(32)
Total	7.302	7.300

b) Reservas de capital:

R\$ mil	2022	2021
Reserva de equalização	8.444	8.445
Doações e subvenções para investimentos	2.979	2.978
Total	11.423	11.423

c) Outros resultados abrangentes:

R\$ mil	2022	2021
Reserva de reavaliação	970	2.274
Reserva de reavaliação - VNR	24.100	24.742
Total	25.070	27.016

d) Reservas de sobras:

R\$ mil	2022	2021
Reserva legal	91.152	80.537
Rates - Reserva assistência técnica educ. social	16.322	14.543
Reserva de expansão e manutenção	49.970	45.170
Equalização do resultado regulatório e societário	(12.683)	(11.574)
Total	144.761	128.676

e) Natureza e finalidade das reservas:

Reserva legal: é indivisível para distribuição entre os cooperados, mas a sua constituição é obrigatória conforme a Lei n° 5.764/1971. De acordo com o Art. 55 do Estatuto Social da Cooperativa das sobras líquidas do exercício serão deduzidos 50% para a constituição da reserva legal, além de eventuais destinações a critério da assembleia geral. Destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa.

Reserva de assistência técnica, educacional e social: também é indivisível entre os cooperados, sendo constituído por 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, conforme previsão estatutária, destinado à cobertura de gastos

com assistência técnica, educacional e social dos cooperados, seus dependentes e seus próprios colaboradores. Sua constituição é estabelecida pela Lei n° 5.764/1971.

O resultado positivo apurado com o ato não cooperativo foi de R\$ 2.221, o qual foi transferido para o RATES – Reserva de assistência técnica educacional e social, conforme prevê a legislação cooperativista.

f) Sobras à disposição da assembleia geral ordinária:

Demonstração R\$ mil	2022	2021
Resultado do exercício	23.452	14.688
Destinações:		
Reserva legal	(10.616)	(7.122)
Reserva de assistência técnica educacional e social	(3.282)	(1.156)
Reserva de expansão e manutenção	(7.431)	(4.986)
Sobras à disposição da assembleia geral ordinária	2.123	1.424

As sobras apuradas após a constituição das reservas ficam à disposição da assembleia geral ordinária para deliberação quanto a sua destinação.

11. Receita operacional bruta

Deserte hands	Nº Cons	umidores		MWh mil		R\$ mil
Receita bruta	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Fornecimento faturado	27.995	27.629	158.306	143.509	105.393	101.231
Residencial	11.772	11.271	25.048	22.592	20.618	21.402
Industrial	18	17	4.128	3.043	2.720	2.235
Comercial	981	932	11.444	12.090	10.587	12.579
Rural	14.644	14.844	106.633	95.593	64.446	57.766
Poder público	499	485	3.710	3.165	3.185	3.106
Iluminação pública	41	42	6.281	6.020	2.946	3.180
Serviço público	40	38	1.062	1.006	891	963
Suprimento faturado	0	0	0	0	0	0
Uso da rede elétrica de distribuição faturado	2	1	0	0	711	728
Consumidores cativos	0	0	0	0	0	0
Consumidores livres	2	1	0	0	711	728
Encargos de conexão de agentes de geração	0	0	0	0	0	0
Permissionárias	0	0	0	0	0	0
Uso da rede elétrica de transmissão faturado	0	0	0	0	0	0
(-) Transferências	0	0	0	0	0	0
(-) Trsf p/ obrig. espec. do AIC - ultrapassagem demanda	0	0	0	0	0	0
(-) Trsf p/ obrig. espec. do AIC - excedente de reativos	0	0	0	0	0	0
(-) Trsf p/ obrig. espec. do AIC - diferença perdas regulatórias	0	0	0	0	0	0
Fornecimento/suprimento/rede elétrica - não faturado	0	0	0	0	(201)	387
Constituição e amortiz CVA ativa e passiva	0	0	0	0	0	0
Constituição e amortiz RTP diferimento ou devolução	0	0	0	0	0	0
Constituição e amortiz demais ativos e passivos regulatorios	0	0	0	0	(8.496)	471
Serviços cobráveis	0	0	0	0	109	93
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	0	0	0	0	37.708	36.652
Outras receitas	0	0	0	0	513	381
Total	27.997	27.630	158.306	143.509	135.737	139.944

12. Pessoal e administradores

Pessoal e administradores - R\$ mil	2022	2021	
Pessoal	18.852	16.482	
Remuneração	12.462	10.423	
Encargos	4.622	3.798	
Previdência privada	0	0	
Previdência - fundação mantenedora	0	0	
Previdência - déficit ou superávit atuarial	0	0	
Assistência médica	0	0	
Programa de demissão voluntária	0	0	
Despesas rescisórias	678	499	
Participação nos lucros e resultados - PLR	629	654	
(-) Créditos de tributos recuperáveis	0	0	
Outros	461	1.108	
Administradores	1.897	1.587	
Honorários e encargos (diretoria e conselho)	1.790	1.450	
Beneficios dos administradores	107	137	
(-) Créditos de tributos recuperáveis	0	0	
Total	20.749	18.069	

13. Demonstrações do resultado do exercício segregado por atividade

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos a demonstração do resultado do exercício por atividade - até a rubrica de resultado da atividade de 31 de dezembro de 2022, da unidade de negócio geração.

Ano 2022 - R\$ mil	Geração	Transmissão	Comercialização	Total
Receita/ingresso	3.362	0		3.362
Fornecimento de energia elétrica	3.362	0	0	3.362
Tributos	(419)	0	0	(419)
ICMS	(332)	0	0	(332)
PIS-Pasep	(15)	0	0	(15)
Cofins	(71)	0	0	(71)
Encargos - parcela "A"	(398)	0	0	(398)
Conta de desenvolvimento econômico - CDE	(388)	0	0	(388)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica – TFSEE	(10)	0	0	(10)
Outros encargos	0	0	0	0
Receita líquida/ingresso líquido	2.545	0	0	2.545
Custos não gerenciáveis - parcela "A"	0	0	0	0
Energia elétrica comprada para revenda	0	0	0	0
Resultado antes dos custos gerenciáveis	2.545	0	0	2.545
Custos gerenciáveis - parcela "B"	(1.250)	0	0	(1.250)
Pessoal e administradores	(697)	0	0	(697)
Material	(44)	0	0	(44)
Serviços de terceiros	(129)	0	0	(129)
Seguros	(5)	0	0	(5)
Tributos	(7)	0	0	(7)
Depreciação e amortização	(349)	0	0	(349)
Gastos diversos	(19)	0	0	(19)
Resultado da atividade	1.295	0	0	1.295

14. Revisão e reajuste tarifário

Conforme o disposto no Submódulo 8.4 do PRORET, a CERMISSÕES vem respeitosamente apresentar as informações que julga necessárias ao processamento da Revisão Tarifária Periódica do ano de 2022, para vigorar a partir de 30 de julho do corrente ano. O cálculo da Receita requerida para apuração das Tarifas Base Econômica e Financeira obtidas no resumo em Anexo, considerou as seguintes premissas¹:

I. Parcela A- Base Econômica

- i. Custo unitários dos Encargos: CDE Uso conforme custo unitário publicado REH 3034/2022 e PROINFA publicado na REH2995/2021 aplicados sobre o mercado de referência, excetuando baixa renda e, o valor previsto para cobertura tarifária de ESS e EER para a CERMISSÕES publicado no Despacho nº 1.051, 20 de abril de 2022;
- ii. Valores de mercado para o período de referência, realizado até o mês de maio de 2022, repetido para o mês de junho;
- iii. TFSEE simulada conforme PRORET submódulo 5.5;
- iv. CUSD: Montantes de Uso do sistema de Distribuição contratados/medidos com a RGE em A4 aplicado às tarifas homologadas conforme a Resolução Homologatória 3045/2022 em vigência a partir de 22/06/2022;
- v. CUST: Montantes de Uso do sistema de Transmissão contratados na barra de MISSOES 69 kV e SANTO ANGELO 2 23 kV², nesta simulação como estimativa o valor das tarifas homologadas no processo de 2021 atualizadas pela variação do IPCA do período a serem atualizadas assim que homologados as novas tarifas com vigência a partir de 01/07/2022;
- vi. Energia comprada: tarifa de energia homologada para os pontos RGE conforme a Resolução Homologatória 3045/2022 em vigência a partir de 22/06/2022. Os montantes dos contratos de suprimento reduzidos conforme contrato a partir de 2022 em função da migração da CERMISSÕES para o ACL por meio da realização de Leilão público realizado em 06/10/2020 cujo contrato foi devidamente homologado pela ANEEL.
- vii. Além dos montantes contratados com as supridoras considera-se neste para a composição do Balanço energético do período para fins de apuração do preço médio da energia comprada os montantes equivalentes às cotas de CCGF publicadas na REH;
- viii. 2996/2021; cota de energia publicada na REH 2998/2021 referente a Eletronuclear; cota de energia de Proinfa publicada na REH 2995/2021; e o volume do contrato bilatéria devidamente autorizado por essa Agência com ELEKTRA Comercializadora, conforme preço e volume para o período especificados no mesmo.

Conforme consta no PRORET Submódulo 8.2 a tarifa média de repasse é obtida com base nos preços vigentes dos contratos e da energia proveniente de cada contrato, para entrega nos 12 (doze) meses subsequentes à data de realização do processo tarifário, no caso de julho/2022 a junho/2023. Importante a definição de mecanismo semelhante à CVA aplicada às concessionárias, tal como é aplicada aos custos com transmissão, que venha capturar as variações mensais do custo com energia a partir da competência de janeiro de 2022.

II. Parcela B

Considerando os procedimentos do Submódulo 8.4 que se aplicam a todas as permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica que optaram por assinar o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Permissão, a cada ano é publicado valor teto para o pleito da parcela B.

O Despacho 521/2022 publicou o valor teto para a CERMISSÕES de R\$ 57.163. Ainda no Submódulo 8.4 do PRORET ficou definido que o valor teto será atualizado pela variação do IPCA da data base da parcela B teto até o mês anterior do processo tarifário:

"20. Em cada processo tarifário a última Parcela B teto publicada pela ANEEL será atualizada pelo IPCA da database considerada no cálculo dos valores publicados até o mês anterior ao do reajuste ou revisão tarifária."

O valor da parcela B teto atualizada pela variação do IPCA até maio de 2022 resultou em R\$ 60.336, valor limite para o ciclo 2022-2023 e é também o valor pleiteado pela Cermissões.

A parcela B proposta foi aprovada pelo Conselho de Administração da cooperativa, e reunião realizada especificamente para o referido fim, no dia 27 de junho de 2022 é no montante de R\$ 60.336. Vale esclarecer que o Estatuto Social da cooperativa, nos artigos 20 e 48, XVI estabelece que o Conselho de Administração encaminhe o pleito de revisão/reajuste tarifário ao órgão regulador, o que foi feito na reunião ordinária Ata de número 704.

Conforme apresentado na citada reunião, o valor proposto para a parcela B está detalhado conforme tabela anexa:

PARCELA B PLEITEADA - DETAMENTO DOS ITENS	Valores - R\$ mil
Operação/Manutenção/Administração	25.418
Investimentos/Reservas/Outras receitas	34.918
Parcela B Pleiteada	60.336

III. Os componentes financeiros que vêm compor o Índice de Reajuste Tarifário simulado são os seguintes:

Repasse do PIS COFINS

A CERMISSÕES solicita o repasse dos custos com PIS COFINS corrigidos mensalmente pelo IPCA referente as faturas da RGE de CUSD e CE e do CUST, no período de referência apresentado à ANEEL, tal como definido no item 85 do Submódulo 8.2 do PRORET, abaixo copiado:

"85.O financeiro de compensação dos custos com PIS/COFINS refere-se às despesas de PIS/COFINS incidentes nas faturas de despesas com Compra de Energia e Uso dos Sistemas de Transmissão e/ou Distribuição, não contempladas na cobertura tarifária econômica, que são repassadas às tarifas finais como componente financeiro. "

Repasse de compensação DIC/FIC

Devolução de valores recebidos das supridoras referentes a compensação financeira devido à violação dos limites de continuidade corrigidos mensalmente pelo IPCA.

Neutralidade dos Encargos Setoriais:

A CERMISSÕES apresenta nesta o resultado da apuração da Neutralidade por encargo, conforme previsto nos procedimentos definidos nos itens 83 e 84 do Submódulo 8.2 do PRORET.

Salienta-se que foram considerados valores por mês de competência para a cobertura tarifária e dessa forma comparáveis aos valores faturados que consideraram as tarifas por componente homologadas pelo processo tarifário de 2021.

Ajuste de Bandeiras tarifárias

Conforme previsto no Submódulo 4.4. do PRORET, considerou-se como financeiro ajuste referente as bandeiras tarifárias:

"56.No reajuste tarifário anual e/ou revisão tarifária periódica das distribuidoras de energia elétrica, a receita decorrente da aplicação dos adicionais das Bandeiras Tarifárias Amarela e Vermelha e os repasses da Conta Bandeiras serão considerados na apuração da CVA e da Sobrecontratação para as concessionárias de distribuição, e como componente financeiro específico para as permissionárias de distribuição, conforme metodologia definida no Submódulo 4.4 do PRORET."

Ajuste de Subvenção - PRORET Submódulo 8.5

Corresponde ao valor a ser recebido da CDE, em virtude do que está previsto na Lei nº 13.360/2016, regulamentada pela ANEEL através do PRORET Submódulo 8.5 com o objetivo de compensar o impacto tarifário da reduzida densidade de carga do mercado de cooperativas de eletrificação rural.

Previsão do Risco Hidrológico

Tal como o ESS/EER foi considerado na simulação da parcela A, base econômica, é necessário previsão para cobertura dos riscos hidrológicos associados às usinas comprometidas com contratos de Cotas de Garantia Física (CCGF), conforme metodologia de cálculo estabelecida no Submódulo 4.4.A, 5.12.3, para o período 2022-2023, considerando que a CERMISSÕES passou a ser agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica –CCEE pela realização de aquisição de energia por meio de licitação pública;

Financeiro Energia e Encargos ESS EER

Durante o ciclo foram apuradas as diferenças entre os valores previstos no processo tarifário anterior, para cobertura dos custos com a compra de energia e dos encargos ESS e EER, e aqueles efetivamente verificados no decorrer do ciclo. As referidas diferenças apuradas nessa simulação foram atualizadas considerando a Selic diária na data do pagamento até a data de 31 de maio, conforme planilha anexa³.

Empréstimo Escassez Hídrica

Valor homologado pela Resolução normativa ANEEL nº 1.019, de 19 de abril de 2022 considerado para fins de modicidade tarifária.

CDE Modicidade Eletrobrás

Valor simulado do componente tarifário denominado CDE Modicidade Eletrobrás que consiste no repasse de R\$ 5 bilhões de capitalização da Eletrobras para atenuar os impactos tarifários dos reajustes, para fins de modicidade tarifária foi considerado o equivalente a cota da CERMISSÕES para 2022 como Encargo Setorial negativo com vistas a atenuar o impacto tarifário do corrente ano.

IV. Perdas de energia

Solicitamos o repasse integral das perdas de distribuição da CERMISSÕES conforme apresentado no Balanço SAMP do período de referência, acrescidas as perdas de rede básica média para o período.

V. Diante do exposto, requer-se o que segue:

- i. Que sejam considerados os cálculos ora apresentados e todas as atualizações, até a data do processamento do referido processo tarifário, inclusive dos indicadores que atualizam os componentes financeiros considerando todos os itens acima descritos;
- iii. Conforme preceitua o Decreto nº 7.891/2013, a Conta de Desenvolvimento Energético CDE deve custear descontos incidentes sobre as tarifas e os montantes mensais de recursos devem ser repassados a cada distribuidora. A CERMISSÕES solicita repasse via CDE do saldo referente aos descontos⁴ efetivamente concedidos quando comparados aos previstos no período anterior, bem como uma previsão destes para o próximo período, considerando a alteração das tarifas de 2022;
- iii. De acordo com previsto na Lei nº 13.360/2016, regulamentada pela ANEEL através do PRORET Submódulo 8.5 com o objetivo de compensar o impacto tarifário da reduzida densidade de carga do mercado de cooperativas de eletrificação rural a CERMISSÕES solicita repasse via CDE do valor calculado no último processo tarifário devidamente atualizado pela variação do IPCA;
- iv. Solicita-se, ainda, atualização dos preços dos Serviços Taxados a serem praticados pela CERMISSÕES a partir deste processo tarifário e que sejam considerados os cálculos ora apresentados e todas as atualizações, até a data do processamento do referido processo de revisão tarifária.

14.4 Resumo da revisão tarifária (ou reajuste tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no PRORET 8.4, que trata da revisão tarifária das permissionárias de distribuição de energia elétrica, os valores requeridos pela permissionária Cermissões, conforme regulamento já mencionado, foram os constantes na tabela a seguir, sendo que os mesmos foram homologados pela Aneel em procedimento próprio de revisão tarifária.

				Participação	Participação	
Processo tarifário (valores expressos em milhares de reais)	DRA	DRP	Variação	no processo tarifário	na Receita	
ENCARGOS SETORIAIS	10.002	20.906	69,43%	6,61%	14,27%	
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. – TFSEE	231	285	23,22%	0,05%	0,24%	
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	8.074	11.829	46,51%	3,57%	9,96%	
CDE Eletrobras	0	1.980	100,00%	-1,88%	-1,67%	
Encargos Serv. Sist ESS e Energ. Reserv EER	387	4.828	100,00%	4,23%	4,07%	
PROINFA	1.310	1.984	51,49%	0,64%	1,67%	
ENERGIA COMPRADA	32.947	24.740	-24,91%	-7,81%	20,84%	
Energia	32.947	24.740	-24,91%	-7,81%	20,84%	
TRANSPORTE DE ENERGIA	14.627	16.702	14,19%	1,97%	14,07%	
Rede Básica	1.420	2.242	58,00%	0,78%	1,89%	
Rede Básica Fronteira	936	1.377	47,00%	0,42%	1,16%	
Uso do sistema de distribuição	12.271	13.083	6,62%	0,77%	11,02%	
Total de Parcela A	57.576	58.388	1,41%	0,77%	49,18%	
Total de Parcela B	47.517	60.336	26,98%	12,20%	50,82%	
Variação econômica				12,97%		
COMPONENTES FINANCEIROS				Participação		
Repasse de PIS COFINS		1.856		1,77%		
Neutralidade Encargos Setoriais		(572)		-0,54%		
Ajuste CUST + PISCONFINS Transmissão		308		0,29%		
Compensação DIC FIC		(209)		-0,20%		
Subvenção CDE		(30.755)		-29,26%		
Previsão de Risco Hidrologico		2.352		2,24%		
Reversão de Risco Hidrológico		(1.316)		-1,25%		
CVE Energia		3.107		2,96%		
CVE Encargos		2.620		2,49%		
Conta Escassez Hídrica - Importação		(1.107)		-1,05%		
Sobrecontratação/Reversão de Energia		(1.445)		-1,38%		
Total Financeiros		(25.161)		-23,94%		
Variação econômica e financeira				-10,97%		
Retirada dos componentes financeiros relativos ao processo anterior				30,53%		
Efeito médio a ser percebido pelos Consumidores				19,56%		

15. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações contábeis societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo órgão regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Balanço Patrimonial Societário e Regulatório em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (valores expressos em milhares de reais)

			31/12/2022			31/12/2021	
	Nota	Societário	Ajustes CPC	Regulatório	Societário	Ajustes CPC	Regulatório
ATIVO							
Circulante							
Consumidores, conces. e permissionárias	15.1	14.682	0	14.682	16.506	0	16.506
Ativos regulatórios	15.2	5.040	0	5.040	3.597	0	3.597
Outros ativos circulantes não afetados		28.241	0	28.241	27.941	0	27.941
Sub Total		47.963	0	47.963	48.044	0	48.044
Ativo financeiro da permissão	15.3	33.400	(33.400)	0	26.865	(26.865)	0
Outros ativos não circulantes não afetados		3.395	0	3.395	2.149	0	2.149
Sub Total		36.795	(33.400)	3.395	29.014	(26.865)	2.149
Investimentos		258	0	258	211	0	211
Imobilizado	15.4	0	181.755	181.755	0	162.415	162.415
Em serviço		0	260.212	260.212	0	238.205	238.205
(-) Reintegração acumulada		0	(92.520)	(92.520)	0	(86.565)	(86.565)
Em curso		0	14.062	14.062	0	10.775	10.775
Intagiveis	15.5	137.519	(136.938)	581	123.153	(122.382)	770
Em serviço		196.959	(195.186)	1.773	179.561	(177.789)	1.773
(-) Reintegração acumulada		(73.502)	72.311	(1.191)	(67.184)	66.182	(1.003)
Emcurso		14.062	(14.062)	0	10.775	(10.775)	0
TOTAL DO ATIVO		222.535	11.417	233.952	200.421	13.168	213.589
PASSIVO							
Circulante							
Passivos financeiros setoriais		9.399	0	9.399	5.357	0	5.357
Outros passivos circulantes não afetados		17.337	0	17.337	19.732	0	19.732
Sub Total		26.736	0	26.736	25.089	0	25.089
Outros passivos não circulantes não afetados		16.537	0	16.537	12.661	0	12.661
Sub Total	15.6	16.537	0	16.537	12.661	0	12.661
Patrimônio liquido							
Capital social		7.302	0	7.302	7.300	0	7.300
Reserva de capital		11.423	0	11.423	11.423	0	11.423
Reserva de sobras		157.445	(12.684)	144.762	140.249	(11.574)	128.675
Reserva avaliação patrimonial		969	24.101	25.070	2.275	24.742	27.016
Lucro (prejuízo) acumulado		2.123	0	2.123	1.424	0	1.424
Sub Total	15.7	179.262	11.417	190.680	162.671	13.168	175.839
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO)	222.535	11.417	233.952	200.421	13.168	213.589

Demonstração do Resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (valores expressos em milhares de reais)

			31/12/2022			31/12/2021	
	Nota	Societário	Ajuste CPC	Regulatório	Societário	Ajuste CPC	Regulatório
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	11	159.024	(23.286)	135.738	159.485	(19.541)	139.944
Fornecimento de energia elétrica		3.362	0	3.362	5.927	0	5.927
Receita de disponibilidade da rede elétrica		94.046	0	94.046	96.890	0	96.890
Doações, contribuições e subvenção econômica		37.708	0	37.708	36.652	0	36.652
Receita de atividade não vinculada	15.9	23.799	(23.286)	513	19.922	(19.541)	381
Serviços cobráveis		109	0	109	93	0	93
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		(21.337)	0	(21.337)	(34.453)	0	(34.453)
Tributos e encargos		(11.703)	0	(11.703)	(17.503)	0	(17.503)
Federais		(2.288)	0	(2.288)	(1.756)	0	(1.756)
Estaduais e municipais		(9.415)	0	(9.415)	(15.747)	0	(15.747)
Encargos parcela A		(9.634)	0	(9.634)	(16.950)	0	(16.950)
Conta de desenvolvimento econômico - CDE		(9.387)	0	(9.387)	(7.365)	0	(7.365)
Taxa de fiscalização - TFSE		(247)	0	(247)	(224)	0	(224)
Outros encargos		0	0	0	(9.361)	0	(9.361)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		137.687	(23.286)	114.401	125.031	(19.541)	105.490
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - Parcela "A"		(54.170)	0	(54.170)	(59.518)	0	(59.518)
Energia elétrica comprada para revenda		(31.993)	0	(31.993)	(47.514)	0	(47.514)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa		(1.484)	0	(1.484)	(1.053)	0	(1.053)
Geração distribuída - microgeração		(11.040)	0	(11.040)	(4.615)	0	(4.615)
Encargos de uso do sistema de transmissão/distrib.		(9.653)	0	(9.653)	(6.335)	0	(6.335)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		83.517	(23.286)	60.231	65.513	(19.541)	45.972
CUSTOS GERENCIÁVEIS – Parcela "B"		(61.701)	21.535	(40.166)	(53.540)	17.862	(35.678)
Pessoal		(18.851)	0	(18.851)	(16.482)	0	(16.482)
Administradores		(1.897)	0	(1.897)	(1.587)	0	(1.587)
Material		(3.191)	0	(3.191)	(2.850)	0	(2.850)
Serviços de terceiros		(3.374)	0	(3.374)	(2.758)	0	(2.758)
Arrendamentos e alugueis		(176)	0	(176)	(161)	0	(161)
Tributos		(411)	0	(411)	(243)	0	(243)
Seguros		(46)	0	(46)	(47)	0	(47)
Outros	15.9	(25.185)	23.286	(1.899)	(20.588)	19.541	(1.047)
Provisão devedores duvidosos		(79)	0	(79)	(705)	0	(705)
Depreciação/Amortização		(7.996)	(1.110)	(9.105)	(7.404)	(1.266)	(8.670)
Outras receitas operacionais		1.049	0	1.049	650	0	650
Outras despesas operacionais		(1.543)	(641)	(2.185)	(1.364)	(413)	(1.777)
RESULTADO DA ATIVIDADE DA CONCESSÃO		21.816	(1.751)	20.065	11.974	(1.679)	10.295
RESULTADO EXTRA-CONCESSÃO		1.532	0	1.532	1.710	0	1.710
Receita financeira		2.546	0	2.546	1.997	0	1.997
Despesa financeira		(1.014)	0	(1.014)	(287)	0	(287)
LUCRO (PREJUIZO) ANTES IRPJ/CSLL		23.348	(1.751)	21.597	13.684	(1.679)	12.005
Imposto de renda		(877)	0	(877)	(215)	0	(215)
Contribuição social		(324)	0	(324)	(86)	0	(86)
LUCRO (PREJUIZO)	15.8	22.147	(1.751)	20.396	13.383	(1.679)	11.704

15.1 Consumidores

Os valores a receber são provenientes, principalmente do fornecimento de energia elétrica dos associados da Cooperativa e estão registrados no ativo circulante, conforme demonstrado na nota explicativa número 04.

15.2 Ativos regulatórios

A diferença entre os valores apurados nas contabilidades societária e regulatória se refere à constituição e registro da neutralidade dos encargos setoriais (parcela A) – denominados custos não gerenciáveis e corresponde à diferença entre os valores destes encargos, em relação ao mercado verificado (em curso), e a constituição de componentes financeiros ativos em curso em relação ao próximo reajuste tarifário, além dos componentes financeiros reconhecidos na primeira revisão tarifária.

R\$ mil	2022	2021
Constituíção		
Componentes financeiros	437	1.716
Ajuste cust pis cofins transmissão	0	119
Sub Total	437	1.835
Amortização		
Componentes financeiros - reconhecidos	1.262	1.602
Ajuste cust pis cofins transmissão - reconhecidos	0	160
Financeiros - compra de energia	1.812	0
Financeiros - encargos do sistema setorial / ESS	1.528	0
Sub Total	4.603	1.762
Total	5.040	3.597

15.3 Ativo financeiro da Concessão

O ativo financeiro indenizável é decorrente da aplicação do ICPC 01 e corresponde à parcela dos bens e instalações, que em função de suas vidas úteis e do prazo de permissão, não estarão amortizados ao final do mesmo. Conforme previsto no contrato de permissão o valor dos mesmos será objeto de indenização.

15.4 Imobilizado

Os bens e instalações vinculados diretamente ou indiretamente às atividades da permissão, na contabilidade societária estão registrados, no grupo do ativo não circulante, intangível e a parcela referente aos bens que serão depreciados após o prazo de permissão estão registrados como ativo financeiro (nota 2).

R\$ mil	2022	2021
Em serviço		
Geração	9.188	8.575
Terrenos	1.246	1.246
Reserv. barragens e adutoras	3.282	2.487
Edificações	782	789
Máquinas e equipamentos	3.878	4.053
Distribuição	127.217	117.350
Edificações	443	224
Máquinas e equipamentos	125.324	116.264
Veículos	1.421	834
Móveis e utensílios	29	28
Sistema de transmissão associado	23.375	17.459
Terrenos	332	90
Edificações	1.484	1.347
Máquinas e equipamentos	21.558	16.021
Móveis e utensílios	1	1
Administração	7.913	8.256
Terrenos	1.561	1.561
Edificações	4.558	4.728
Máquinas e equipamentos	1.248	1.361
Veículos	148	188
Móveis e utensílios	398	418
Subtotal	167.693	151.639
Em curso		
Geração	0	353
Distribuição	12.315	10.422
Administração	1.747	0
Subtotal	14.062	10.775
Total do imobilizado	181.755	162.415
Imobilizado líquido	181.755	162.415

Conforme o Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados principalmente na distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20/1999 da ANEEL, entretanto, regulamentou a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Foram utilizadas as taxas anuais constantes da Resolução ANEEL nº 647/15, resultando num encargo de amortização no valor de R\$ 8.196.

As obrigações especiais vinculadas representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à concessão/permissão. As obrigações especiais não são passivos onerosos, tampouco créditos dos cooperados.

O saldo das citadas obrigações, verificado ao final do período de permissão, será deduzido do valor residual dos ativos, para efeitos de indenização por parte da União.

A amortização é calculada com base na taxa média de depreciação dos ativos correspondentes e foi realizada pelo método linear com base nas taxas anuais determinadas pela Resolução ANEEL n° 240/2006, substituída pela Resolução Normativa n° 674/2015.

15.5 Intangível

O valor do intangível é o que segue:

R\$ mil	2022	2021
Em serviço	581	770
Em curso	0	0
Total	581	770

O ICPC 01- Contratos de Concessão define a forma de contabilização dos ativos de concessões e permissões quando atendidas determinadas condições. O impacto nas demonstrações contábeis foi a transferência dos saldos do ativo imobilizado e das obrigações especiais para: (a) o ativo intangível referente ao direito de cobrança de tarifa dos consumidores (direito de exploração da permissão), e/ou (b) eventual registro de um ativo financeiro, representando o direito incondicional da Cooperativa de recebimento de caixa.

O intangível está registrado ao custo (sendo os bens adquiridos no Brasil acrescido das atualizações monetárias até 1995). Os bens são amortizados pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina a Resolução ANEEL nº 674/15.

Os encargos de depreciação, correspondentes à parcela de reavaliação do imobilizado, são registrados diretamente nas contas de despesas, sendo procedida a realização da reserva de reavaliação diretamente para as contas de sobras e/ou perdas do exercício. Parte da depreciação registrada como despesa é transferida para a respectiva conta redutora das obrigações especiais, observando o critério de proporcionalidade entre o total do imobilizado e o montante constituído mediante participação de terceiros.

15.6 Reclassificação das obrigações especiais

A composição das obrigações especiais, cujo saldo está composto na nota número 09, não integra esta demonstração contábil. A condição para adoção da norma pelas distribuidoras de energia elétrica é a celebração de termo de aditivo aos contratos de concessão e permissão, mediante a inclusão de cláusula específica. O referido aditivo foi assinado pela Cermissões em 01/12/2015 e encaminhado para a Agência Nacional de Energia Elétrica à Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição, conforme instruções constantes no Ofício Circular nº 0006/2015-SCT/ANEEL. A Administração optou em proceder esta alteração no exercício de 2016.

15.7 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

R\$ mil	2022	2021
Saldo no final do Exercicio Societário	179.262	162.671
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	11.417	13.168
Reavaliação Regulatória Compulsória - VNR	24.100	24.742
Equalização do Resultado Regulatório e Societário	(12.683)	(11.574)
Total	190.679	175.839

15.8 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

O valor apresentado nesta conta corresponde à diferença decorrente do tratamento distinto, dispensado pelas duas contabilidades, ao valor relativo à neutralidade dos encargos setoriais.

Na contabilidade regulatória, ao reconhecer a obrigação de pagar futuramente tal diferença, se verifica uma despesa maior do que a obtida na contabilidade societária.

Considerando que o resultado à disposição da assembleia deve corresponder ao que foi apurado na contabilidade societária, o montante das destinações é superior ao que seria se tomasse por base o resultado da contabilidade regulatória. Portanto, ao registrarmos tais destinações, contabilidade regulatória não ocorre o zeramento do saldo da conta sobras acumuladas, razão pela qual transferimos o saldo para a conta intitulada "equalização do resultado societário x resultado regulatório" no grupo das reservas de sobras.

A citada reserva se realizará a partir do próximo reajuste, ou revisão da permissionária, visto que, os valores correspondentes à mesma serão reconhecidos na contabilidade societária como uma despesa. Esta diferença de tratamento deve gerar, no próximo exercício, uma sobra à disposição da assembleia, superior que será apurada na contabilidade societária.

R\$ mil	2022	2021
Sobra líquida do exercício societário	22.148	13.383
Perdas na desativação diferença VOC/VNR	(641)	(413)
Depreciação referente parcela diferença - VNR	(1.110)	(1.266)
Total dos ajustes	(1.751)	(1.679)
Sobra líquida do exercício regulatório	20.397	11.704

15.9 Receitas e custos de construção

Conforme determina a ITG 01 aprovada pela Resolução CFC 1261/2009, correspondem aos valores aplicados no ativo intangível e que devem ser registrados como custo. Em contrapartida, registramos também a receita correspondente, decorrente do direito de receber o valor investido através da tarifa, durante o período de permissão, bem como a indenização relativa à parcela não amortizada dos mesmos, ao final do mencionado período.

Na contabilidade societária está incluso o valor de R\$ 23.286 que se refere ao custo de construção, conforme determina a ITG 01 aprovada pela resolução CFC 1261/2009 e são os valores aplicados no intangível e que devem ser registrados como custo.



ACN/CHP/MM 023/2023

Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR

COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES (CERMISSÕES)

31 de dezembro de 2022 Relatório sobre a Aplicação de Procedimentos Previamente Acordados para Atendimento ao Despacho ANEEL nº 4.356/17, Relativo ao Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCR - Resolução ANEEL nº 674/15.



RELATÓRIO SOBRE A APLICAÇÃO DE PROCEDIMENTOS PREVIAMENTE ACORDADOS REFERENTE ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS - DCR

Ilmo. Sr.

Diamantino Marques dos Santos

DD. Presidente da

COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES
(CERMISSÕES)

Caibaté – RS

Prezado Senhor:

- 1. Aplicamos os procedimentos determinados no Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR, emitido pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF, da Agência Nacional de Energia Elêtrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017. Os procedimentos descritos neste relatório estão relacionados à reconciliação dos ajustes entre as demonstrações contábeis societárias publicadas e as demonstrações contábeis regulatórias da COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA DAS MISSÕES (CERMISSÕES), correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. A apresentação das demonstrações contábeis regulatórias é obrigatória a partir do exercício de 2011 para fins regulatórios, tanto para a fiscalização do processo de revisão tarifária ordinária/periódica, como para a reversão dos ativos à União, vinculados aos serviços outorgados. No Anexo I estão apresentados os balanços patrimoniais e as demonstrações dos resultados societários reconciliados com os balanços patrimoniais e as demonstrações dos resultados regulatórios para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, demonstrações essas preparadas por e sob a responsabilidade da Administração da Cooperativa.
- 2. Nossos trabalhos foram realizados de acordo com a NBC TSC 4400 Trabalhos de Procedimentos Previamente Acordados sobre Informações Contábeis, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade CFC, aprovada pela Resolução CFC nº 1277/10, aplicável a trabalhos de procedimentos previamente acordados. A suficiência desses procedimentos é de responsabilidade exclusiva da ANEEL. Consequentemente, não estamos expressando qualquer asseguração, nem concluindo quanto à suficiência dos procedimentos descritos abaixo em relação aos propósitos para o qual este relatório foi solicitado, nem para nenhum outro propósito. Os procedimentos foram aplicados com o único intuito de confrontar os ajustes e reclassificações, efetuados pela administração da Cooperativa, ao balanço patrimonial e demonstração do resultado societária para preparação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório, conforme estabelecido pela Resolução ANEEL nº 674/15.



3. Os procedimentos aplicados e nossas observações estão apresentados a seguir:

I. Imobilizado

- 1) Confrontar as informações de 31/12/2022 e de 31/12/2021 dos valores regulatórios apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias, por grupo de bens, com os valores do sistema de controle do imobilizado regulatório (procedimento aplicável para distribuidora e transmissora).
- Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.
- 2) Obter a planilha ou relatório com a movimentação do imobilizado regulatório, tendo como ponto de partida os valores de 31/12/2021 e confrontar os saldos com a eventual Base de Remuneração homologada, bem como, confrontar as informações das movimentações de adições, baixas e transferências regulatórias com os valores do sistema de controle do imobilizado regulatório (procedimento aplicável para distribuidora).
- Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.
- 3) Obter a planilha ou relatório com a movimentação anual do imobilizado regulatório, tendo como ponto de partida os valores de 31/12/2021, e confrontar os saldos e as informações das movimentações de 2022 de adições, baixas e transferências regulatórias com os valores do sistema de controle do imobilizado regulatório (procedimento aplicável para transmissora).
- · A Cooperativa é uma distribuidora e o procedimento não é aplicável a mesma.
- 4) Confrontar as informações das movimentações e saldos de depreciação/amortização, por grupo de bens, apresentadas na planilha de movimentação mencionada no item anterior (procedimento aplicável para a distribuidora e transmissora), com os valores/saldos do sistema de controle do imobilizado regulatório.
- Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.
- 5) Confrontar as informações de bens que estão 100% depreciados por grupo de bens com os valores/saldos do sistema de controle imobilizado regulatório (procedimento aplicável para a distribuidora e transmissora).
- Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

RUA DR. FLORENCIO YGARTUA, 270 – 9° ANDAR • FONES (51)3342,9388 / 3342,9424 • CEP 90430-010 • PORTO ALEGRE – RS
RUA EMILIANO PERNETA,725/CJ. 903 – ED.SAINT LOUIS BUSINESS • FONE (41)3225,4341 • CEP 80420-080 • CURITIBA – PR

www.nardonnasi.com.br • cmail:mardonnasi@nardonnasi.com.br • Registros CVM - BACEN - OCB • CRCRS 542 • CNPJ 92.838:150/0001-97



- 6) Selecionar 10 principais adições (por critério de maior valor) e mais 15 adições do imobilizado em serviço selecionadas de forma aleatória da movimentação ocorrida, para distribuidora ou, transmissora, do ano de 2022 e testar as capitalizações (materiais, mão-de-obra, serviços, juros, etc.), conforme critérios constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.
- Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.
- 7) Selecionar 10 principais baixas (por critério de maior valor) e mais 15 baixas selecionadas de forma aleatória da movimentação ocorrida, para distribuidora ou transmissora, do ano de 2022 e testar a adequação do processo de baixa, conforme critérios constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.
- Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.
- 8) Com base na seleção do item 6 deste Programa de Trabalho, verificar as evidências de que a data da unitização dos bens atende ao prazo de até 60 dias após o encerramento do imobilizado em curso através da comparação entre a data do encerramento da obra em curso proposta pelo técnico/engenheiro e a data do registro em Ativo Imobilizado em Serviço.
- Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.
- 9) As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluidas no Relatório do Auditor Independente (Execução de Procedimentos Previamente Acordados).
- · Nada a observar.

II Obrigações Especiais

- Confrontar os saldos das demonstrações financeiras regulatórias de 31/12/2022 e de 31/12/2021 com a planilha ou relatório de movimentação de obrigações especiais.
- Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.
- 2) Obter a planilha ou relatório com a movimentação das obrigações especiais, tendo como ponto de partida os valores contábeis em 31/12/2021 e confrontar o saldo em 31/12/2022 com a Base de Remuneração homologada, bem como, confrontar as informações das movimentações de adições, baixas e transferências regulatórias com os valores do sistema de controle do imobilizado/obrigações especiais.
- Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.

RUA DR. FLORÈNCIO YGARTUA, 270 – 9° ANDAR • FONES (51)3342.9388 / 3342.9424 • CEP 90430-010 • PORTO ALEGRE – RS RUA EMILIANO PERNETA,725/CJ. 903 – ED.SAINT LOUIS BUSINESS • FONE (41)3225.4341 • CEP 80420-080 • CURITIBA – PR

• www.nardonnasi.com.br • email:nardonnasi@nardonnasi.com.br • Registros CVM - BACEN - OCB • CRCRS 542 • CNPJ 92.838.150/0001-97



- 3) Confrontar as informações das movimentações e saldos de amortização, por grupo de bens, apresentadas na planilha de movimentação mencionada no item anterior, com os valores/saldos do sistema de controle imobilizado/obrigações especiais.
- Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.
- 4) Verificar autorização da ANEEL para as eventuais baixas de Obrigações Especiais ocorridas desde a data-base de 31/12/2021.
- Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.
- 5) Selecionar 10 principais adições (por critério de maior valor) e mais 15 adições selecionadas de forma aleatória da movimentação ocorrida desde 31/12/2021 e testar as capitalizações conforme critérios constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.
- Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.
- 6) Com base na amostra do item anterior, testar a amortização de acordo com o Manual de Contabilidade de Setor Elétrico os valores/saldos do sistema de controle imobilizado/obrigações especiais.
- Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.
- 7) As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente (Execução de Procedimentos Previamente Acordados).
- Nada a observar.

III Ativos e Passivos Regulatórios

- III. a) CVA e itens financeiros
- 1) Obter planilha com saldos de 31/12/2021, a movimentação de 2022 (adições, baixas, atualizações monetárias e transferências), por tipo de componente de CVA, até a data-base de revisão/reajuste tarifário e a movimentação complementar do ano 2022 (adições, baixas, atualizações monetárias e transferências), por tipo de componente de CVA, até 31/12/2022.
- Esse procedimento não é aplicável à Cooperativa.
 - RUA DR. FLORÊNCIO YGARTUA, 270 9º ANDAR FONES (51)3342.9388 / 3342.9424 CEP.90430-010 PORTO ALEGRE RS RUA EMILIANO PERNETA, 725/CJ. 903 - ED.SAINT LOUIS BUSINESS • FONE (41)3225.4341 • CEP.80420-080 • CURITIBA - PR
 - www.nardonnasi.com.br email:nardonnasi@nardonnasi.com.br Registros CVM BACEN OCB CRCRS 542 CNPJ 92.838,150/0001-97



- Confrontar os saldos de CVA da data-base da revisão/reajuste tarifário da planilha mencionada no item anterior com os montantes homologados pela ANEEL.
- Esse procedimento n\u00e3o \u00e9 aplic\u00e1vel \u00e0 Cooperativa.
- 3) Testar as 5 maiores constituições de ativos e passivos regulatórios (critério de seleção deverá ser pelos maiores valores).
- Esse procedimento n\u00e3o \u00e9 aplic\u00e1vel \u00e1 Cooperativa.
- Testar as 5 maiores atualizações monetárias de saldos (critério de seleção deverá ser pelos maiores valores).
- Esse procedimento n\u00e3o \u00e9 aplic\u00e1vel \u00e0 Cooperativa.
- 5) Testar as 5 maiores amortizações de ativos e passivos regulatórios (critério de seleção deverá ser pelos maiores valores).
- Esse procedimento não é aplicável à Cooperativa.
- 6) As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluidas no Relatório do Auditor Independente (Execução de Procedimentos Previamente Acordados).
- · Nada a observar.
- III. b) Diferença entre Tarifa Provisória e Estimativa de Tarifa Definitiva, com base nos critérios definidos para o 1º Ciclo Permissionárias com a data Revisão Tarifária em 202.
- 1) Obter as planilhas preparadas para suportar os cálculos das diferenças entre a tarifa provisória e a estimativa pro-rata de tarifa definitiva e confrontar com os saldos constantes das demonstrações contábeis regulatórias.
- Esse procedimento não é aplicável à Cooperativa.
- 2) Com base nas informações das planilhas obtidas (indicadas no item anterior), testar os cálculos das diferenças entre o praticado pela concessionária e estimativa pro-rata de tarifa definitiva, confrontando as bases utilizadas com as informações disponibilizadas pela ANEEL.
- Esse procedimento n\u00e3o \u00e9 aplic\u00e1vel \u00e1 Cooperativa.
- 3) As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente (Execução de Procedimentos Previamente Acordados).
- Nada a observar.

RUA DR. FLORENCIO YGARTUA, 270 – 9° ANDAR • FONES (51)3342.9388 / 3342.9424 • CEP 90430-010 • PORTO ALEGRE – RS RUA EMILIANO PERNETA, 725/CJ. 903 • ED.SAINT LOUIS BUSINESS • FONE (41)3225.4341 • CEP 80420-080 • CURITIBA – PR

www.nardonnasi.com.br.+email:nardonnasi@nardonnasi.com.br.+ Remistros CVM - BACEN - OCB + CRCRS 542 + CRPJ 92.838.150/0001-97



IV. Demais saldos de contas de ativo, passivo e resultado

- 1) Para as demais contas de ativo, passivo e resultado que estão apresentadas nas demonstrações contábeis regulatórias e que não apresentam divergências em relação às práticas contábeis adotadas na preparação e divulgação das demonstrações contábeis societárias, confrontar as informações entre estas demonstrações contábeis societárias publicadas e/ou arquivadas na Comissão de Valores Mobiliários CVM e regulatórias.
- Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.
- 2) Para saldos das demonstrações contábeis societárias que eventualmente foram mensurados com base em práticas contábeis que não estejam alinhadas com as práticas contábeis regulatórias, previstas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, realizar testes da mensuração e movimentação de saldos de 2022.
- Nenhuma exceção foi identificada como resultado da aplicação desse procedimento.
- 3) As principais observações e constatações encontradas deverão estar incluídas no Relatório do Auditor Independente (Execução de Procedimentos Previamente Acordados).
- Nada a observar.
- V Considerando que os procedimentos descritos no item III deste relatório não se constituem em um trabalho de auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, conduzido de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, não expressamos qualquer asseguração sobre o balanço e demonstração de resultado regulatórios da Cooperativa, tomados em conjunto, nem sobre as contas contábeis das quais foram extraídas as informações constantes do Anexo I.
- VI Caso tivessemos aplicado procedimentos adicionais ou conduzido uma auditoria do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatórios de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, outros assuntos poderiam ter vindo ao nosso conhecimento, os quais teriam sido relatados.





VII - Este relatório destina-se apenas e exclusivamente à finalidade definida no item 1 acima, para informação da Administração da Cooperativa e da ANEEL, não devendo ser utilizado para qualquer outro propósito, nem distribuído a terceiros que não tenham assumido responsabilidade pela suficiência dos, ou que não tenham concordado com os, procedimentos acima descritos, tampouco publicado ou disponibilizado no "site" da Cooperativa ou da ANEEL. Este relatório está relacionado exclusivamente com a reconciliação dos ajustes entre os balanços e demonstrações de resultados societários e os regulatórios da Cooperativa, cuja obrigatoriedade de apresentação passou a ser exigida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e subsequentes, e não se estende às demonstrações contábeis societárias e regulatórias da Cooperativa, tomadas em conjunto.

Todos os passos previstos neste programa foram devidamente executados e os respectivos resultados encontram-se inseridos em nosso relatório de execução de procedimentos previamente acordados, emitido sob minha responsabilidade.

Porto Alegre, 18 de abril de 2023.

NARDON, NASI – AUDITORES INDEPENDENTES S/S CRC-RS N° 542 - CVM N° 303/4 - OCB N° 15

> ANTONIO CÁRLOS MÁSI Sócio Responsável Contador CRC-RS nº 13.494/0